

MARCELE LEMOS PIOTTO

MORADIA E URBANISMO INSURGENTES:

Estudo na área central de São Paulo

SÃO PAULO 2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARCELE LEMOS PIOTTO

Trabalho final de graduação  
apresentado à banca examinadora do Curso  
de Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do  
grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo,  
sob orientação da Professora Débora  
Sanches.

*“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos .”*

*HANNAH ARENDT*

## *Agradecimentos*

Presto meu imenso agradecimento, e são muitos os nomes que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Aos meus pais Marcelo e Rose, pela doação e luta diária para que eu e meus irmãos pudéssemos concluir a graduação, por sempre estarem ao meu lado, cada qual em sua maneira, serem base, exemplo e dar apoio em todos os momentos difíceis desta conquista.

Aos meus irmãos Henrique e Marina, por serem parte de tudo que sou, pelas orientações e ajuda diária amenizando todas as angústias e pelo esforço para que eu continuasse em São Paulo.

As minhas queridas avós, Ada e Ivone, por compartilharem toda sabedoria e simplicidade, me tranquilizando nos momentos difíceis com suas orações. É a toda minha família que contribuiu para esta conclusão.

As pessoas queridas que tive a felicidade de conhecer e compartilhar um lar durante esses cinco anos de faculdade, que sempre compreenderam e relevaram as bagunças de um estudante de arquitetura. Isadora, Joyce, Samantha, Matheus, que compartilho a vida e a família, Tharisson, Tauana e Leticia,

minha querida amiga –irmã, que ganhei no ensino fundamental e tive a sorte de conviver até o presente momento, foram muitas noites viradas me ajudando nas maquetes. Minha profunda gratidão.

Ao Joshua, meu melhor amigo e companheiro pela profunda troca, parceria e paciência compreendendo minhas mudanças e aceitando minhas transformações desde a adolescência até esse momento. E todo apoio e incentivo que foi dado para realização deste trabalho. Junto com ele minha estimada Maria José.

Aos queridos amigos que fiz durante a faculdade, Caique, Laura, Juliana, Luisa, Tuane, Yasmine, Amanda, Levi, Marie e Ward, que pude compartilhar o interesse e dedicação ao tema, Raphaela, pela sua admirável consideração e dedicação a nossa amizade me apoiando em todos os momentos e ajudando mais que o necessário, sem você seria muito mais difícil e Bruno por compartilhar todas as conquistas e dificuldades diariamente, no trabalho na faculdade e na vida, tornando esta conquista mais prazerosa e suportável.

Ao amigo e mestre Christovam, que foi meu chefe no estágio da Prefeitura, obrigada por todo apoio e compreensão durante esses anos.

Aos meus essenciais professores, Vanderlei, Ivanir, Monaco, Luiza, Denise, Aline, Ademir e Jeroen que deram grande contribuição e incentivo à pesquisa e a escolha do tema.

A todos do movimento MSTC, em especial Carmen, Preta, Danilo, Priscila e Samantha, deixo aqui minha maior admiração e agradecimento por compartilharem suas vidas e histórias de muita luta e resistência, sendo inspiração para enfrentar todas as dificuldades que a vida nos coloca. A todos os grupos de colaboradores do movimento.

E por fim a minha mentora e admirável orientadora Débora Sanches, que me apoio em todos os momentos pessoais e profissionais durante a faculdade em especial durante esta pesquisa, dispondo muito a mais do seu tempo e por ter se tornado uma grande amiga e companheira.

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
Aproximação com o tema	5
<b>CAPÍTULO 1: O contexto e o cenário urbano</b>	<b>15</b>
1.1 O crescimento urbano e o centro de São Paulo a partir do século XX	15
1.2 A consequência da ditadura para as cidades e a dissolução da coletividade	21
1.3 Novo sujeito político: Movimentos de moradia e lutas sociais	24
<b>CAPÍTULO 2: Direito à cidade</b>	<b>29</b>
2.1 A trajetória dos movimentos sociais e os programas habitacionais	29
<b>CAPÍTULO 3: Ocupações X Movimentos sociais de moradia</b>	<b>44</b>
3.1 As ocupações em edifícios abandonados no centro	44
3.2 As ocupações regenerando e transformando a cidade	52
3.3 MSTC: Estrutura organizacional do movimento	56
3.3.1 As assessorias técnicas do movimento e sua abrangência	57
3.4 Ocupação 9 de julho	60
<b>CAPÍTULO 4: O arquiteto e a comunidade</b>	<b>79</b>
4.1 As assessorias técnicas e os papéis para o ofício do arquiteto	79
Considerações finais	81



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado do Trabalho Final de Graduação (TFG) pelo Centro Universitário Bela Artes de São Paulo, desenvolvido no 9º e 10º semestre da faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sobre as ocupações de moradia no centro de São Paulo e sobre a luta, resistência e conquistas dos movimentos de moradia.

O objetivo deste trabalho é despertar a discussão de como os movimentos sociais de moradia são agentes urbanos e sociais, e como as ocupações de moradia se mostram um ensaio de modelo de cidade e habitação autogerida<sup>1</sup>.

O tema foi abordado por meio de duas frentes de pesquisa: uma de contextualização histórica do centro da cidade e da ação dos movimentos sociais de moradia; e

---

<sup>1</sup> O movimento de moradia se responsabiliza por toda gestão da transformação do edifício, da reforma e adaptação para moradia, da parceria com as assessorias técnicas, desde o projeto até a realização da obra, feita pelo próprio movimento.

<sup>2</sup> Berço do movimento MSTC, o antigo prédio do INSS, foi ocupado pela primeira vez em 1997 pelo Fórum dos Cortiços. Em 2003 com a promessa da

outra etnográfica, que olha de perto a Ocupação 9 de julho<sup>2</sup> pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). A pesquisa histórica tem a intenção de evidenciar as conquistas e avanços dos movimentos no campo da habitação, que pela resistência alcançam a participação pública nos programas habitacionais e a construção de moradia de interesse social desde suas origens. Na intenção de compreender a força política da ação dos movimentos e o campo central em que se encontram, o método se dá a partir da prática da deriva no centro de São Paulo, procedimento de estudo psicogeográfico, teoria de um dos trabalhos do pensador situacionista Guy Debord (filósofo) e no trabalho de campo do cotidiano na Ocupação 9 de julho.

A frente de contextualização histórica, dissertada no primeiro capítulo, traz um olhar social histórico do centro de São Paulo e de seu atual cotidiano a

prefeitura de transformar o edifício em um conjunto habitacional o movimento deixa o prédio, que volta a ficar vazio e abandonado sem o cumprimento da promessa, sofrendo um incêndio em 2004. Posteriormente a tentativa de ocupa-lo novamente foram seguidas de reintegração de posse, passando mais de 10 anos vazio, o movimento MSTC volta a ocupa-lo em 28 de outubro de 2016 até o presente.

partir de pesquisas e da prática da deriva, reafirmam os direitos à moradia digna e o direito à cidade, proposto nos trabalhos do sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968 e descrito pelo geógrafo britânico David Harvey (2012), também a trajetória dos movimentos sociais e relaciona suas ações ao surgimento dos programas habitacionais em âmbito municipal, estadual e federal, e à consolidação de HIS<sup>3</sup> no centro de São Paulo.

Esse panorama tem a intenção de trazer os movimentos sociais segundo Eder Sader (2001), como o “novo sujeito coletivo”, definindo-os como sujeitos criados a partir da prática política e social que agem diretamente nos processos históricos em função da sua vontade coletiva.

A segunda frente de trabalho é um olhar mais aproximado à Ocupação 9 de julho, com a intenção de mostrar e apresentar os movimentos sociais de moradia enquanto sujeitos coletivos de luta, construção de identidade e da representação social e política, que resgatam o sentido cooperativo de comunidade e acolhedor dentro das ocupações, sendo um dos exemplos, o

acolhimento de refugiados e imigrantes, revelando assim o MSTC como agente transformador da história e de lugares, contrapondo-se à imagem de invasores vendida pela grande mídia. Além de apontar como a ação estratégica dos movimentos sociais de moradia gera uma discussão de modelo de cidade e de moradia autogerida, que pode ser levada para as escolas de arquitetura.

Na pesquisa prática da participação de seminários, palestras e oficinas onde trata-se de enfatizar a urgência em democratizar e experiência urbana e abordar um centro dotado de uma complexa infraestrutura e serviços, que se encontra subutilizado, perfurado por uma infinidade de vazios.

A rede de interação com os movimentos sociais de moradia, constrói a possibilidade de conhecer o trabalho realizado por eles e exercer uma outra forma de relacionar com a cidade e entre nós, solidaria, respeitosa, pensando na construção da dimensão pública e coletiva, na dimensão social da arquitetura e a repensar o imaginário das ocupações.

---

<sup>3</sup> Habitação de Interesse Social.

Figura 1- Ocupação Prestes Maia em São Paulo



Fonte: Julia Valiengo. 2014

## Aproximação com o tema

O interesse pelo tema surgiu no 4º semestre, a partir de um convite realizado pela professora Débora Sanches para a participação de um Workshop sobre cartografia insurgente dentro de uma ocupação no centro da cidade, até então o pouco que sabia sobre ocupações era uma realidade deturpada e pouco real da que será descrita neste trabalho.

Ao iniciar o workshop “Cartografia Insurgente” desenvolvido pelo arquiteto doutorando da Universidade de Leuven da Bélgica Jeroen Stevens, na ocupação Hotel Cambridge, do movimento MSTC<sup>4</sup> que é filiado a FLM<sup>5</sup>, começa a nascer uma nova percepção e entendimento do que seria essa nova cartografia, como os movimentos sociais de moradia transformavam um prédio ocupado em um verdadeiro lar, como se dava as dinâmicas dentro de uma ocupação, e como nossa profissão poderia ajuda-los na construção de uma cidade mais justa, igualitária, dinâmica e participativa, revertendo um pouco o

---

<sup>4</sup> Movimento Sem Teto do Centro.

<sup>5</sup> Frente de Luta por Moradia.

déficit habitacional presente na cidade de São Paulo<sup>6</sup> e denunciando os imóveis ociosos que não cumprem sua função social<sup>7</sup>. Isso tudo se despertou a partir da recepção que tivemos da líder do movimento Carmem Silva e dos moradores, que nos receberam tão bem e abriram as portas para nossa pesquisa de uma semana, duração do workshop.

Figura 2- Primeiro dia do workshop: apresentação e almoço receptivo feito pelos moradores



Fonte: Carmen Briers e Jeroen Stevens, 2015.

<sup>6</sup> Segundo o Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2016, a capital paulista tem déficit habitacional de mais de 369 mil Unidades habitacionais.

<sup>7</sup> A Constituição Federal de 1988 assegura e concebe o direito social à moradia digna em seu artigo 6º. No Estatuto da Cidade lei federal 10.257/01, aprovado

Figura 3 – Desenvolvimento do workshop



Fonte: Carmen Briers, 2015.

Figura 4- Último dia e apresentação do workshop



Fonte: Jeroen Stevens, 2015.

em 2001, garante em seu artigo 2º o direito à moradia digna, à terra urbana e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Foram propostas e realizadas visitas com o grupo em 4 ocupações, na Rio Branco, São Francisco, José Bonifácio e Quintino Bocaiuva. As visitas, onde conhecemos o edifício e algumas unidades habitacionais, foram de extrema importância para uma melhor compreensão sobre as ocupações, a difícil realidade das diversas formas de ocupar edifícios que tem tipologias diferentes, o que evidenciou ainda mais o esforço dos movimentos sociais de moradia.

Figura 5- mapa das ocupações visitadas



Fonte: Jeroen Stevens, 2015

Figura 6 - Ocupação São Francisco, o coordenador Danilo nos recebe para acompanhar na visita.



Fonte: Carmen Briers, 2015.

**Figura 7: Ocupação José Bonifácio, a moradora Janice nos mostra seu quarto.**



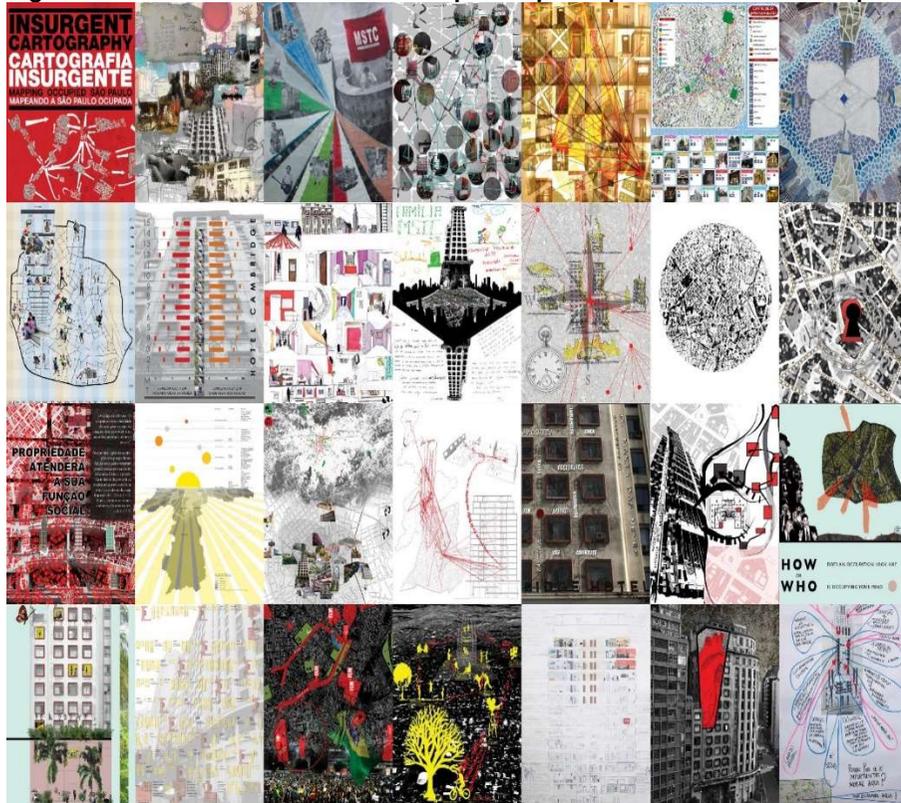
**Fonte: Jeroen Stevens, 2015**

**Figura 8: Ocupação Rio Branco, um antigo cinema equipado com ruas internas.**



**Fonte: Jeroen Stevens, 2015**

Figura 9- Pranchas desenvolvidas pelos participantes do Workshop



Fonte: publicação do workshop Jeroen Stevens, 2015.

A vivência na ocupação Hotel Cambridge e o convívio diário com os moradores durante a semana, foi moldando o resultado da prancha desenvolvida, com as inúmeras possibilidades de abordar o assunto, o foco escolhido e apresentado na prancha foi definido a partir da análise sobre a importância que os moradores davam para a realidade em que se encontravam: o lar. A transformação do edifício para se tornar a casa deles. Através de colagens das imagens do prédio abandonado, em reforma pelos próprios moradores e de um desenho feito pela criança Mizraelle Rosa, moradora da ocupação Hotel Cambridge.

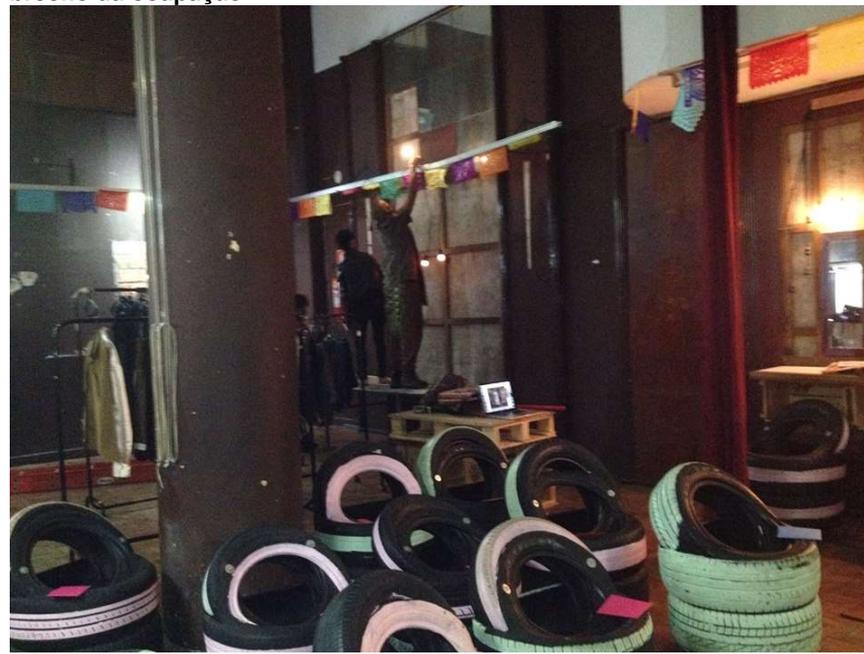
Figura 10: cartaz A1 produzido pela estudante Marcelle Piotto, autora desta pesquisa.



Fonte: Marcelle Piotto, 2015.

Após o resultado do trabalho e pesquisa intensa durante a semana de duração, tive contato com algumas redes de colaboradores da ocupação. O primeiro contato foi com a arquiteta e urbanista Carla Caffé, também professora da Escola da Cidade, no qual me convidou para participar da implementação de um Brechó dentro da ocupação. O interesse pelas ocupações e pelo movimento era grande, a intenção de participar de alguma forma do cotidiano do movimento foi concretizada pela aceitação do convite e participação no projeto do Brechó durante 6 meses, no qual unimos oficinas de costura, campanhas de doação de roupas, vendas de roupas e tecidos de origem africana, trazidas pelos refugiados, otimização e transformação de um dos ambientes do antigo hotel, atual ocupação, em um espaço para o Brechó, que abrigava não só espaços para roupas, sapatos, bolsas e acessórios, como também um espaço para salão de beleza, com profissionais capacitados que eram os próprios moradores, espaço para atrações musicais, com músicos da própria ocupação, e um espaço bar, onde vendia bebidas.

Figura 11: Antigo saguão do Hotel Cambridge, se transformando no brechó da ocupação



Fonte: Carla Caffé, 2015

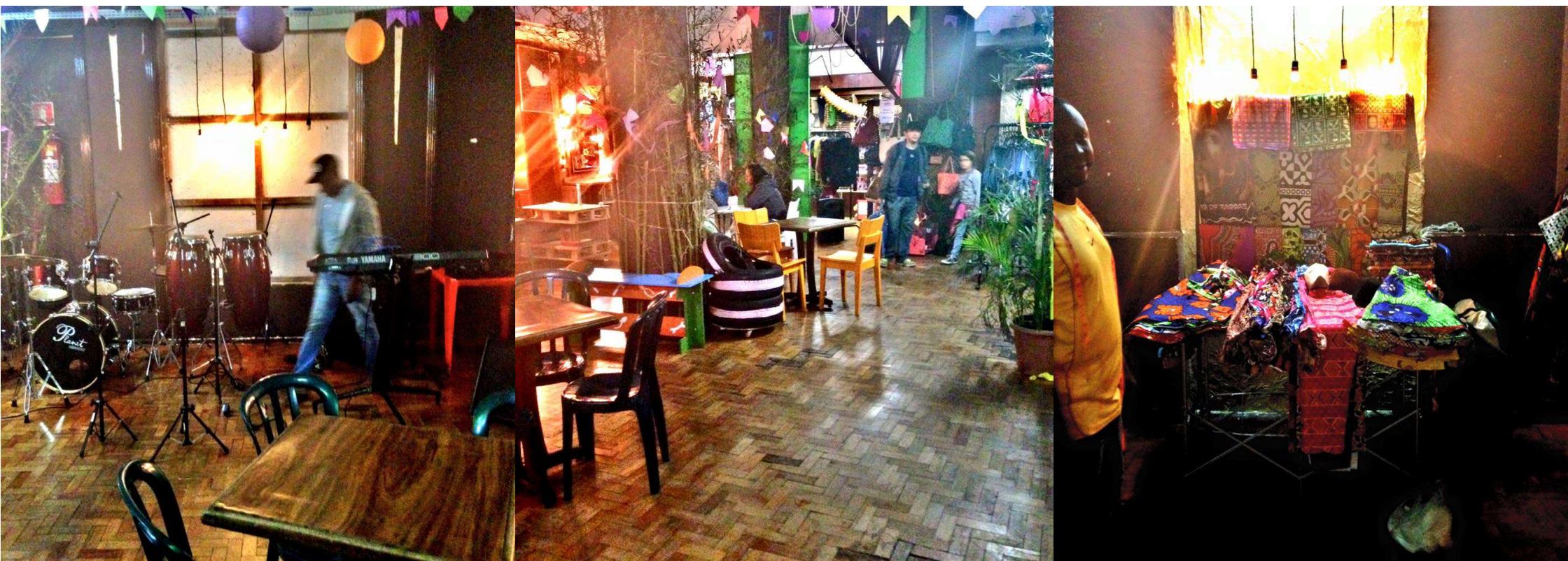
O brechó era aberto ao público e acontecia em período quinzenal. Outra curiosidade era que muitas das atrações musicais eram de bandas compostas pelos refugiados haitianos, onde podíamos conhecer um pouco da cultura deles de uma maneira que eles se sentiam mais acolhidos e recebidos diante uma realidade tão dura em que se encontravam.

Figura 12 – Brechó na ocupação Cambridge



Fonte: Preta Ferreira, 2015

Figura 13 – Brechó na ocupação Cambridge



Fonte: Preta Ferreira, 2015

Após a participação no projeto do Brechó, sem nunca deixar no esquecimento, me reaproximei do movimento no 9º semestre com a escolha do tema para o TFG, desta vez na ocupação 9 de julho, tendo em vista que a ocupação Cambridge<sup>8</sup> havia sido contemplada no programa minha casa minha vida entidades, para transformação de habitação de interesse social e já estava correndo as mudanças necessárias para tal contemplação, no qual pude acompanhar de perto a mudança dos moradores do Cambridge para a ocupação 9 de julho.

Na ocupação 9 de julho participei da iniciativa de trabalho dos estudantes de mestrado da Universidade de Leuven da Bélgica, Marie, Levi e Edward, onde produzimos um mapa do mundo em uma das paredes na nova biblioteca da ocupação, onde os moradores poderiam sinalizar o local de origem, tendo em vista que muitos vieram de outros estados do Brasil ou fora do país e na produção de um livro, produzidos pelos próprios moradores

---

<sup>8</sup> O Hotel Cambridge foi inaugurado nos anos 1950, instalado na Avenida Nove de Julho, no centro de São Paulo, o hotel de luxo encerra suas atividades por volta dos anos 2000. Pressionada pelos movimentos sociais, é desapropriado pela COHAB para convertê-lo em habitação de interesse social. A falta de recurso impossibilita o projeto. Depois de dez anos fechado, em 2012 o edifício

com nossa ajuda, sobre eles mesmos, exposto na biblioteca.

Particpei também como ouvinte, da 11º bienal de Arquitetura que aconteceu dentro da ocupação 9 de julho, e desde então venho frequentado os almoços de domingo que acontece todo último domingo no novo restaurante também aberto ao público da reorganização da oficina com as crianças, semanalmente da oficina de artes e cinema e da organização e montagem da exposição de fotos com o arquiteto e urbanista Jeroen Stevens. Desta forma se deu e dá a aproximação com as ocupações e com os movimentos sociais de moradia, despertando novas observações e ideias colaborativas para o movimento.

é ocupado pelo MSTC-FLM tornando-se moradia de 170 famílias. Contemplados com o PMCMV-entidades, devido a luta do movimento MSTC, o antigo Hotel passaria por uma reforma onde todos os ocupantes do Cambridge e mais 37 de outras ocupações seriam contemplados com moradia definitiva.

## **CAPÍTULO 1: O contexto e o cenário urbano**

Para uma maior compreensão da trajetória dos movimentos sociais de moradia, foi traçado um pequeno panorama histórico desde a Ditadura Militar<sup>9</sup> até o presente, inserindo-a no crescimento e desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo ao longo do século XX e XXI, assim como as primeiras articulações e posteriores ações e participação popular nas gestões públicas nas esferas federal, estadual e principalmente municipal.

### **1.1 O crescimento urbano e o centro de São Paulo a partir do século XX**

Branco e mamelucos, eles penetravam no interior do país imbuídos de propósitos extrativistas e expansionistas, ocupando-se sobretudo, da captura e da escravização de índios, da descoberta de

minerais preciosos e da expansão dos limites territoriais brasileiros. Essa vocação itinerante e exploradora não nos abandonou. Ao contrário, acabou por marcar o controverso perfil de uma cidade que ainda presta homenagem ao bandeirantismo [...] (MIRANDA, Danilo. Cidade evasiva. *In: SESC. Exposição São Paulo não é uma cidade.* São Paulo. 2017)

Propagada pela natureza ambulante e ambiciosa das Bandeiras, a São Paulo das recentes décadas sofre de evasões em seu próprio território. Alegoria disso são os constantes deslocamentos do seu centro financeiro. Resultantes do fluxo de capitais, eles estão vinculados à iniciativas imobiliárias que, para se fazerem rentáveis, provocam a migração de toda uma zona nevrálgica da cidade, reimplantando-a em diferentes regiões (MIRANDA, 2017).

---

<sup>9</sup> Forma de governo autoritário onde o poder político é efetivamente controlado por militares. No Brasil com caráter autoritário e nacionalista,

teve início com o golpe militar no dia 30 de março de 1964 e durou até 1985.

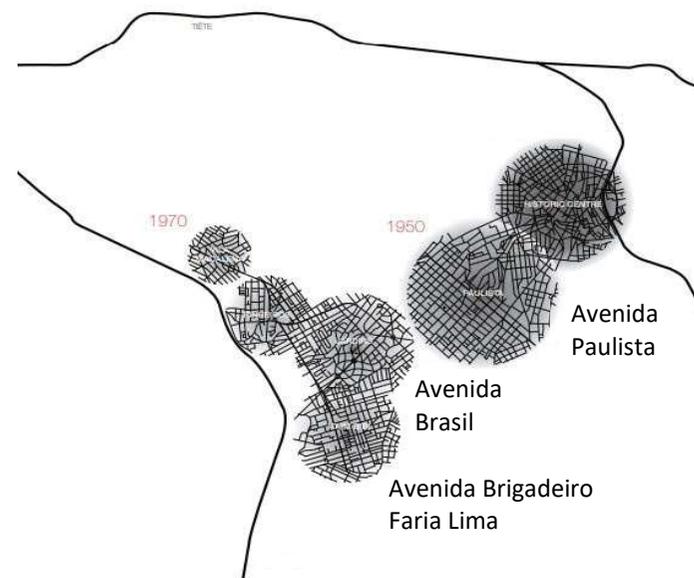
O modelo de desenvolvimento urbano que orientou o crescimento de São Paulo ao longo do século XX, gerou uma cidade partida, segregada e com desigualdade socioterritorial. Em um processo especulativo, destruindo gradualmente a zona rural e depredando as áreas de preservação ambiental, a mancha urbana se expandiu muito mais do que seria necessário. Essa expansão foi alimentada por longínquos condomínios fechados para população de média e alta renda, acessíveis apenas por meio do automóvel gerando insegurança no espaço público e por assentamentos precários, longes e carentes de infraestrutura urbana (BONDUKI, 2017).

A partir do final dos anos 1960, o Centro de São Paulo e suas funções econômicas vão sendo transferidas, surgindo novas centralidades, desde então o seu território sofre um significativo esvaziamento (MIRANDA, 2017). Ao longo de sua história, a cidade de São Paulo caracterizou-se por concentrar as funções de comando de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A substituição de usos ao longo do tempo no centro da cidade de São Paulo é intensa. Até 1968 o Centro Novo e Velho se mantiveram como principal centralidade,

quando então um novo centro financeiro foi estruturado na Avenida Paulista. A estagnação imobiliária, a degradação das edificações, são sintomas dessa desvalorização. Os problemas manifestam-se em diferentes dimensões e com diferentes questões inter-relacionadas, que são decorrentes do próprio processo de urbanização de São Paulo, como a desvalorização imobiliária como efeito imediato do abandono do centro pelas elites, que se deu também devido as novas infraestruturas no urbanismo e na arquitetura moderna e atualizada da região de expansão da cidade (BONDUKI, 2017)

**Figura 14 – Mapa de centralidades**



Entre 1980 e 2000, as regiões mais distantes tiveram elevado crescimento populacional, enquanto as áreas melhor urbanizadas perderam população, só a antiga administração regional da Sé, perdeu cerca de 180 mil habitantes neste período. Para interromper essa dinâmica, o repovoamento das áreas consolidadas é estratégico (BONDUKI, 2017). O processo de esvaziamento populacional nos bairros centrais começou a ser revertido entre 2000 e 2010, a partir do Plano Diretor de 2002, mas ainda persiste um forte desequilíbrio entre a localização de empregos e a dos moradores, o que gera maior demanda de mobilidade urbana e a prioridade para o automóvel agrava esse problema.

Segundo dados do IBGE de 2010, a cidade possui 293.621 imóveis particulares vazios e 2.308 imóveis coletivos desocupados. Em sua maioria, os prédios abandonados na região central é formado de antigos prédios, e alguns de uso e tipologia nobre. Em 2000, foram identificados também 200 edifícios residências, constituintes dos primeiros e famosos antigos arranha-céus da cidade, totalmente vazios e abandonados (Bonduki, 2017).

Apesar do crescimento da cidade, o centro histórico de São Paulo, ainda concentra uma grande parte dos empregos, além das milhares pessoas que são trazidas

pele transporte públicos. As áreas centrais e tradicionais representam o principal lugar de comércio popular.

Figura 15 – Comércio popular presente no centro de São Paulo

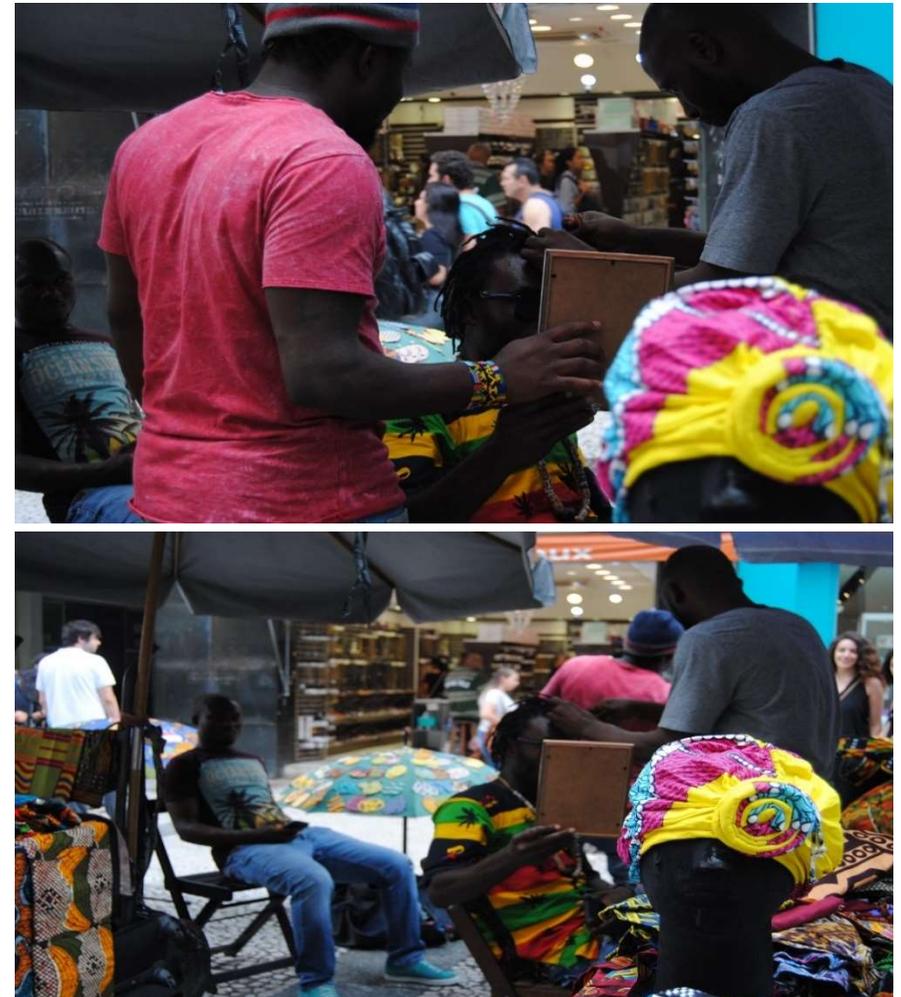


Fonte: Marcele Piotto

Nas últimas décadas, o destino do centro foi sendo delineado a partir da tensão e do conflito entre estas diferentes narrativas e práticas. Por parte dos governos, desde pelo menos os anos 1990, há investimento público em restauro de edificações para abrigar museus, centros culturais e/ou repartições públicas, apostando em (e também promovendo) tentativas de atrair para a região uma população consumidora destes produtos cultural ou trabalhadoras dessas repartições. (ROLNIK, Raquel, 2017)

O número de edifícios ocupados pelos movimentos de moradia e a presença extremamente viva e dinâmica de circuitos econômicos e coletivos culturais que ocupam o espaço público central aumentam diariamente.

**Figura 16- Rua Barão de Itapetininga, presença forte do comércio popular da cultura africana. Aron, Latif, Cedric e Ilyas nascidos na Gana- África.**



**Figura 17 – Perspectiva diferente da rua Conselheiro Crispiniano e do Antigo Cine Marrocos, atualmente vazio com guarda civil na frente do prédio após processo de reintegração de posse em 2016.**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018.**

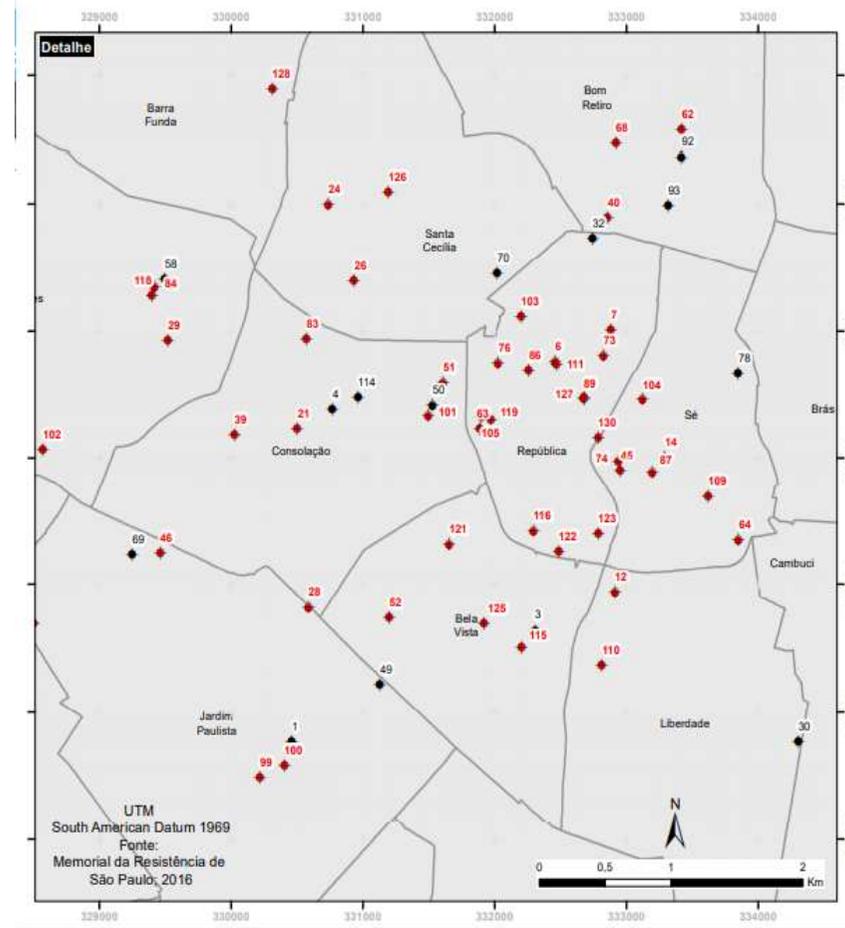
Figura 18 – Rua Dom José de Barros, fluxo intenso de pedestres



Fonte: Marcele Piotto, 2018

Do Golpe Militar de 1964 às Diretas-Já! Em 1984, a cidade de São Paulo pode ser vista através de um roteiro de lugares e ruas, pontos de encontro, bares, livrarias, restaurantes, cinemas e teatros. Esses espaços reuniram distintas turmas e tribos que percorreram diferentes trilhas, mas uniram-se por meio da arte e da cultura, exercendo a luta e o prazer contra os negros anos da ditadura militar (COMODO, 2004). Lugares emblemáticos e pontos de encontro entre artistas, intelectuais, professores e estudantes, até o AI-5, marcaram a década de 1960 em São Paulo com toda uma rica atividade artística e cultural, principalmente nas artes plásticas, na música, poesia no cinema e no teatro. Locais de resistência e também de repressão e torturas, o centro da cidade foi onde se concentrou a maioria deles. Os lugares tem papel predominante na repressão e na resistência à ditadura militar, com a clareza de que onde se viveu a repressão contém também experiências de resistência. A importância deles se dá na atuação de diferentes grupos sociais e seu papel na contestação ou apoio ao regime (ANTONINI, 2017).

**Figura 19 – mapa de lugares marcados pela resistência e repressão na Ditadura Militar**



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2016

Legenda	
Município	Categoria*
■	● Repressão
	◆ Resistência

No Brasil, como no resto do mundo, a rebelião estudantil iria explodir e se espalhar no ano 1968. Em São Paulo, os estudantes realizavam manifestações e passeatas cada vez maiores de resistência e repúdio aos atos da ditadura. Locais que foram palcos destas manifestações como, em frente a Secretaria da Educação, a PUC, que foi tomada pelos estudantes e também a Reitoria da USP.

O período marca também a morte do secundarista José Guimarães, 20 anos, estudante da USP, em um confronto já esperado na rua Maria Antônia. A morte do Estudante Alexandre Vannuchi Leme, de geologia da USP, em 1973, preso e morto pelo DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao exército (COMODO, Roberto, 2004). Dois anos depois a morte do jornalista Vladimir Herzog, diretor do telejornal da TV Cultura de São Paulo, o que resultou em uma missa ecumênica na Sé, com 30 mil pessoas na praça e 8 mil na catedral, celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, que teve sua trajetória marcada pela defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar e pela retomada da democracia.

A precariedade urbana e o aumento da desigualdade tiveram como primeiras ações, o fechamento dos espaços públicos de convivência social, tinha como objetivo abafar qualquer tipo de coletividade e interesses diversos (COLEJO, 2016). Entre os efeitos da ditadura, estava

[...] apagar os sinais de reconhecimento popular, esvaziar o sentido de ação coletiva como forma de participação na vida social [...] 'despolitizar' a sociedade e desfigurar a política como coisa pública" (TELLES, apud SADER, 2001, p. 115).

Esses efeitos se refletiram diretamente no desenho da cidade, que se deu de forma desfavorável ao pedestre e ao encontro das pessoas. O encontro ocasionaria discussões e compartilhamento de ideias, que poderiam ser contrárias à situação política e conflitantes aos governantes militares em questão. Os espaços

públicos foram se dissolvendo e a vida coletiva foi se privatizando (COLEJO, 2016).

A política habitacional construída pelos governos militares por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>10</sup> para enfrentar o problema da moradia entra em crise, no final da década de 1970, com um grande número de mutuários sofrendo ações de despejos pela impossibilidade de arcar com as prestações dos financiamentos imobiliários, que cresceram com a correção monetária com índices muito superiores aos dos salários. A situação refletia também o significativo desemprego que atingia a massa dos trabalhadores mutuários da classe média e popular. As distantes periferias e as cidades-dormitórios crescem aceleradamente, principalmente por meio dos loteamentos irregulares e/ou clandestinos, levando as famílias pobres para regiões sem infraestrutura e serviços públicos. (KOHARA, 2013, p. 146).

---

<sup>10</sup> Criado em 1964 sob Regime Militar, o BNH- Banco Nacional de Habitação teve como público alvo a população de renda média e média alta, menos de um terço das casas financiadas pelo BNH foram para famílias de baixa renda,

As ações do Regime Militar, foi encurralando a população de baixa renda, arrasada pela crescente precariedade urbana, desemprego e aumento dos aluguéis, que conduzia esta população para as favelas, cortiços e assentamentos precários as mantendo em locais distantes e periféricos, vivendo um cotidiano de longa jornada de trabalho e grande tempo de deslocamento, as privavam de gastar tempo com lazer e encontro. Foi nesse terreno que irão erguer-se movimentos sociais. Retomando os espaços públicos, a organização dos movimentos sociais por meio de ação direta no cotidiano, quebra o silêncio que a ditadura civil-militar havia imposto por 21 anos aos brasileiros (COLEJO, 2016).

reunindo mais da metade do total de unidades financiadas pelo Banco nas mãos da população de melhor renda, gerando assim um acúmulo de posse e o incentivo da forma de obter renda através da habitação.

### **1.3 Novo sujeito político: Movimentos de moradia e lutas sociais**

Diante do cenário anterior, a população marginalizada começa a questionar a situação em que viviam, mobilizando as primeiras articulações. A organização dos movimentos sociais por meio de ação direta no cotidiano, retomando os espaços públicos, quebra o silêncio que a ditadura civil-militar havia imposto por 21 anos aos brasileiros.

Os surgimentos dos movimentos sociais se caracteriza pela identidade coletiva, que se identificam e se organizam, ao compartilharem das mesmas dificuldades, para mudar a situação em que se encontram (FERNANDA, Colejo, 2016).

Sader (2001) define como um “novo sujeito coletivo” a característica dos movimentos sociais, que questionam a situação em que vivem, enxergando-os como sujeitos que agem e interagem no processo histórico, trazendo autonomia para as ações do movimento através da elaboração de uma identidade. Diante das determinações externas, não se isentando delas, esses

grupos reelaboram-se com autonomia que se refere à consciência política, em função do que determinam como vontade coletiva, criando uma nova representatividade. (Ibid.,p 56)

Os novos sujeitos coletivos agem no cotidiano, nas experiências urbanas, e resistem a exploração do capitalismo, que molda o modo de vida do trabalhador. A coragem dos que resistem retoma os espaços públicos (FERNANDA, 2016).

Agentes sociais existentes que estavam afastados da população de baixa renda pela de representatividade, buscam se reaproximar dessas pessoas que juntos impulsionaram a formação dos novos sujeitos (SADER, 2001).

Os movimentos sociais são gestados dentro de algumas matrizes. A Igreja Católica que teve seu papel na formação dos movimentos sócias e operou sob a Teologia da Libertação, que propunha um olhar especial para os pobres com reflexões teológicas sobre fatos da realidade e situações e problemas cotidianos, sob leitura do evangelho, e ao compartilharem os mesmos problemas as

pessoas se identificavam, resgatando assim a coletividade que havia sido perdida (COLEJO, 2016).

Assim, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde se discutia a importância dos direitos humanos. Com essa formação os trabalhadores se articulavam para reivindicar melhorias nas comunidades. No seio das CEBs, surgem os primeiros movimentos de moradia, como o Movimento dos Quintais da Mooca, pioneiro de representatividade dos cortiços na área central.

Em 1985, o Centro de Defesa de Direitos Humanos Setores Pari/ Catedral elabora um documento apontando os problemas da região central da cidade: três milhões e meio de moradores de cortiço, moradores de rua, problemas com ambulantes entre outros (SANCHES, 2015).

As pastorais da igreja católica tiveram papel importante de formação política para a população carente, pois fornecia cursos com objetivos de formar lideranças que assumiram a luta pelos direitos das famílias carentes pela moradia digna, formando agentes de transformação social e estimulando os debates que envolviam a política econômica do país.” (Sanches, 2015, pág. 177)

No âmbito dos sindicalistas, trabalhadores opondo-se à exploração dos patrões, se organizaram para buscar melhores condições de trabalho e salário.

A principal contribuição dos movimentos sociais tem sido no aprofundamento do processo democrático brasileiro, enquanto reconstrução de espaços de organização e participação na vida cotidiana, e de valores éticos e democráticos. Nosso entendimento é de que a consolidação dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos de democratização brasileira traz por consequência, mudanças nas relações que se estabelecem entre os indivíduos, na sociedade em geral e destas com o estado. (PAZ, 1996 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 23).

Fundada em 1987 a União de Movimento de Moradia tem o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana. É uma articulação de movimentos que

atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos (BARBOSA, 2014).

Em agosto de 1988 a União de Movimento de Moradia (UMM) organiza a primeira caravana da moradia para Brasília.

Neste período, início dos anos 1990, surgiram vários movimentos que passaram de forma intensa a lutar por moradia no centro e interagir com agenda urbana da cidade com forte impacto sobre estes territórios, dentre eles destacamos: a Unificação de Luta por Cortiços (ULC) 1991, Fórum dos Cortiços e Sem Teto 1993, Movimento de Moradia do Centro (MMC) 1997, Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) 2000, Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) 2003. (BARBOSA, Roberto Benedito, 2014, pág. 24)

A realidade de enfrentar a disputa pelo território central é sistematicamente presente na vida dos movimentos de moradia, que acabaram por implementar uma agenda pela reforma urbana, ao ocuparem inúmeros

imóveis. A trajetória dos movimentos sociais será traçada nos próximos capítulos juntamente com os programas habitacionais.



## **CAPÍTULO 2: Direito à cidade**

David Harvey (2012) sublinha a urgência de democratizar a experiência urbana. Atrelado aos modelos de desenvolvimento das cidades que como visto nos capítulos anteriores, na cidade de São Paulo, se dá de maneira excludente e desigual, o direito à cidade faz parte da luta diária e constante dos movimentos.

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012, p. 74)

Marcada pela segregação urbana, essa lógica que gera uma cidade socialmente injusta e economicamente ineficaz, só poderá ser revertida com um amplo processo de discussão e a divulgação das experiências e das lutas e mobilizações da população excluída (BONDUKI, 2017. p 290).

A tomada de consciência dos sujeitos coletivos e suas conseqüentes ações reivindicatórias para uma melhor qualidade de vida, giram em torno da questão do direito à cidade, entendendo-a como lugar onde se confluem as dinâmicas econômicas e sociais.

Como visto no primeiro tópico deste capítulo (item 1.1), o desenvolvimento de São Paulo se dá de maneira excludente e desigual. Ao longo dos anos, o centro e o quadrante sudoeste da cidade, polos de serviço e emprego, são tomados pelas classes dominantes e pelo mercado, resultando nos altos valores da terra e na expulsão da população de baixa renda.

Dessa forma, entendendo que a moradia é uma questão urbana, a luta pelo direito à cidade faz parte da agenda dos movimentos sociais, que resistem para fixar a população de baixa renda em lugares servidos de

infraestrutura, diminuindo os deslocamentos e a segregação socioespacial da cidade.

[...] o conceito do direito à cidade estampado na bandeira de luta dos movimentos enfatiza que a moradia é digna somente quando a sua localização favorece o desenvolvimento social das famílias.

Todas as lideranças explicitam com clareza que o Centro possibilita maiores oportunidade de trabalho, transporte, creche, tratamento de saúde, menor gasto de tempo nas locomoções moradia x trabalho que permitiria mais tempo de convívio familiar e de atividades de estudo. Além do que a ampliação de moradias no Centro diminuiria a ocupação de áreas de mananciais e áreas de risco. (KOHARA, 2013, p. 188).

## **2.1 A trajetória dos movimentos sociais e os programas habitacionais**

A atuação no centro e a consolidação dos movimentos de moradia nos anos 1980, mostram-se como agentes urbanos e sociais, que com lutas e conquistas ao longo do tempo, refletem diretamente nos programas habitacionais da cidade.

A ampliação das bandeiras de luta para o palco central, se deu no avanço dos movimentos populares, na compreensão de que a falta da habitação adequada está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico e urbano e que para conquistar melhorias nas condições habitacionais era necessário levantar esta questão.

A gestão de Luiza Erundina (PT, 1989-1992) colocou a problemática habitacional como prioridade, propondo programas que buscam a inserção urbana da população de baixa renda. Foram marcas de seu governo as experiências da autogestão e das assessórias técnicas. Alinhando-se aos movimentos de moradia, exerceu uma gestão com participação popular e um diálogo aberto às

entidades que contribuíram para a formulação de propostas habitacionais e urbanas (SANCHES, 2015)

Tendo como Secretária de Habitação a arquiteta e professora da FAUUSP Ermínia Maricato, e o Superintendente de Habitação o arquiteto e professor Nabil Bonduki, formando uma conjuntura política ligada à Reforma Urbana e comprometida com processos participativos.

A reunião da então gestão municipal com a UMM é uma das primeiras ações, na qual foi apresentada reivindicações de propostas para os moradores de cortiços, gerando o compromisso do governo municipal com a população encortiçada.

“O governo municipal assume os compromissos para a população encortiçada, com atuação de controle em relação aos intermediários, tarifa mínima de água e energia, fiscalização das condições de salubridade. Esse comprometimento vem a estimular maior organização dos movimentos.” (SANCHES, 2017, pág 179)

A problemática habitacional foi prioridade na gestão Erundina. Nesta, foi desenvolvida pela Superintendência de habitação Popular (Habi) de São Paulo, experiências municipais do Programa de Habitação Social, consideradas um laboratório de experiências participativas na produção habitacional.

As propostas da política habitacional da gestão do governo Erundina tinham intenções ideológicas baseadas na diminuição da segregação sócio espacial e integração à cidade legal (SANCHES, 2015, pág 181)

No Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão foram levantados 153 projetos e 109 são construído (SANCHES, 2015). O programa de Habitação por Mutirão e Autogestão contava com a participação na construção das próprias entidades e das assessorias técnicas, desde a concepção do projeto até a realização da obra, em vazios urbanos servidos de infraestrutura e desapropriados pela Prefeitura. A obra era financiada por recurso municipal via Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal (FUNAPS) (COLEJO, 2016).

Optar pela autogestão foi um grande avanço para tirar a produção de moradia da mão do mercado. Todo dinheiro recebido é voltado para a construção de habitação de qualidade.

[...] obteve-se uma significativa melhoria na qualidade da produção habitacional a um custo cerca de 40% menor do que o alcançado quando o Estado contrata obras, através de processos licitatórios, junto a empresas privadas. A capacidade que as associações comunitárias forma adquirindo, surpreendentemente, para gerenciar os empreendimentos, elevar a produtividade do trabalho, reduzindo o tempo de obra através da introdução de inovações tecnológicas racionalização do canteiro e dar melhor aproveitamento dos recursos, mostra a potencialidade existente na sociedade para equacionar e executar, de modo compartilhado com o poder público, as políticas sociais. (BONDUKI; ANDRADE; ROSSET - TO, apud SANCHES, 2015, p. 185).

Os projetos-pilotos voltados para recuperação de cortiços na região central e únicos concluídos na mesma gestão, através da reivindicação dos moradores dos cortiços para desapropriação do imóvel e reforma, foram os cortiços Celso Garcia e Madre de Deus.

A excessiva burocratização tardou o processo de reforma dos cortiços Eiras Garcia, Pedro Fachini e Imority, tendo continuidade apenas nos anos 2000, durante a gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004) (ARAVECCHIA, 2005). Fica evidente os grandes avanços nesse período com a gestão participativa e conquistas dos movimentos de moradia.

Os anos seguintes a gestão Erundina, na gestão de Paulo Maluf (PP, 1993-1996) e Celso Pitta (PP, 1997-2000), os programas de mutirão e intervenção nos cortiços foram paralisados por corte de verba e os diálogos com os movimentos de moradia foram drasticamente reduzidos, o que intensificou a luta dos movimentos para garantir os direitos conquistados entre 1989-1992. O período é marcado pela realização das operações urbanas, entregando a cidade ao mercado imobiliário, tendo como solução habitacional os Projetos Prover, que visava a construção de conjuntos habitacionais na periferia.

A intensificação da expulsão da população de baixa renda dos centros urbanizados e o descaso às questões populares, reforça a luta dos movimentos populares naquele período e em 1997, é ocupado o

primeiro edifício público vazio no centro da cidade, o casarão Santos Dumont, na Alameda Cleveland, pelo movimento Unificação das Lutas de Cortiço (ULC), que hoje sedia o Museu da Energia.

Em 1997, após muitos encaminhamentos às instituições públicas da Prefeitura (SEHAB) [Secretaria Municipal de Habitação] e Governo do Estado (CDHU) [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano], apresentando estudos de viabilidade técnica de um grande número de edifícios abandonados para serem reformados e de áreas de cortiços nas quais poderia ser produzida habitação de interesse social, os movimentos avaliaram que se não pressionassem os gestores públicos a moradia no Centro não seria efetivada. Da mesma forma, a ocupação de edifícios abandonados seria uma forma de pressão social para denunciar a falta de política habitacional e o grande número de edifícios sem função social e forçaria o diálogo com a SEHAB e CDHU; além do que esses espaços poderiam acomodar emergencialmente famílias que estavam sendo despejadas. (KOHARA, 2013, p. 202).

No mesmo ano, diversos imóveis foram ocupados no centro, entre eles a ocupação do INSS na avenida 9 de julho, organizada pelo Fórum dos cortiços e Sem Teto, e a ocupação do Ouvidor, organizada pela ULC.

Nos âmbitos estaduais e federais programas habitacionais surgiam, como o Programa de Atuação em Cortiços (PAC) e Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em resposta aos movimentos de moradia para a produção de HIS. O PAC é um programa de intervenção em imóveis encortiçados com a tentativa de erradicar moradias precárias. Com a luta e pressão dos movimentos de moradia, conquistaram que famílias com renda de um a três salários mínimos, fossem contempladas no programa, porém tendo suas obras entregues a gestores privados excluindo a autoconstrução. Já o Programa PAR possibilitou a efetivação de reformas de edifícios no centro, por autogestão e atendendo a demanda do movimento.

Com a eleição da prefeita Marta Suplicy (PT, 2001- 2004) foi criado o programa Morar no Centro, voltando a produção de HIS no centro para a agenda do município, com ampla participação dos movimentos sociais e das assessorias técnicas. A prefeitura parte de uma parceria com o governo federal para propiciar a produção de moradia.

Figura 20 - Empreendimentos de programas da Prefeitura de São Paulo, conquistados pelos movimentos de moradia no centro de São Paulo de 1991 a 2014

Empreendimentos de Habitação Social na Região Central de São Paulo	
Programas Municipais / SEHAB/COHAB	
Empreendimento	Número de unidades
1 Mutirão Madre de Deus	45
2 Mutirão da Celso Garcia	182
3 Imoroty	8
4 Pedro Fachini	12
5 Vilinha 25 de Janeiro	33
6 Eiras Garcia	15
7 Olarias – Locação Social	137
8 Parque do Gato – Locação Social	486
9 Vila dos Idosos – Locação Social	145
10 Baronesa Porto Carrero	22
11 Senador Feijó - Locação Social	45
12 Asdrúbal do Nascimento - Locação Social	40
13 Riachuelo	120
14 Palacete dos Artistas (1)	50
15 Mario de Andrade / Sande (1)	34
16 Santo André / Celso Garcia (1)	30
17 Lord Hotel / Palmeiras (1)	176
18 Hotel Cambridge (1)	121
19 Mauá (2)	118
20 Prestes Maia (2)	278
<b>Subtotal</b>	<b>2.097</b>
Fonte: Cohab - SP e Sanches (2008)	
(1) Empreendimentos Desapropriados pela PMSP em projeto ou em obras com recursos do FMH e Governo Federal	
(2) Edifícios desapropriados, em fase final de desapropriação ou estudos e ante-projeto pela PMSP	

Fonte: Benedito Barbosa, 2008

A SEHAB recorre ao PAR, valendo-se dos recursos para a reforma de edifícios desapropriados pela COHAB e repassados para gerenciamento da Caixa Econômica Federal (ARAVECCHIA, 2005, p. 154).

Os cortiços também foram contemplados nessa gestão a partir dos perímetros de Reabilitação integrada do Habitats (PRIHIs), intervenção proposta pelos movimentos e pelas assessorias técnicas. (COLEJO, 2016)

Houve também a implantação de programas de auxílio à moradia, como a Bolsa Aluguel, Locação Social e Moradia Transitória, garantindo as famílias de baixíssima renda a oportunidade de uma moradia provisória até atingirem condições ideais para aquisição da casa própria.

Em 2002 tem a aprovação do Plano Diretor Estratégico (PDE), marco regulatório previsto no Estatuto da Cidade, que redireciona o modo de ocupação da cidade a partir de instrumentos urbanísticos. As conquistas e participação popular por meio do Conselho Municipal de Habitação, Comissão de Cortiços e Comitê de Reabilitação do Perímetro, que permitem a ação direta no andamento

dos processos, marcam esta gestão junto com a reforma dos edifícios.

Em 2003 a participação popular ganha força também no âmbito federal com a vitória das eleições presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010) que abriu novas perspectivas para a população de baixa renda e na faixa da miséria. Lula assume uma agenda de reforma urbana como prioridade política, pondo em prática algumas das experiências populares que havia ocorrido na gestão municipal da Luiza Erundina, por exemplo: “[...] a participação direta no processo decisório por meio da eleição de conselhos e câmaras populares, orçamento participativo, mutirões, programas de regularização de assentamentos informais e uso do zoneamento como instrumento para reconhecer ocupações e prover segurança da posse para assentamentos informais” (ROLNIK, 2015, p. 269).

É criado no primeiro ano do governo Lula o Ministério das Cidades, que tem como responsabilidade colocar em prática a agenda da reforma urbana seguindo o Estatuto da Cidade.

São Paulo volta a ser guiada, durante oito anos (1993-2000) por prefeitos conservadores, cujos interesses políticos se contrasta com os movimentos sociais. José Serra (PSDB) é eleito prefeito de São Paulo, renunciando no segundo ano de mandato para concorrer à presidência da república, assumindo assim a Prefeitura, seu vice Gilberto Kassab (DEM) que posteriormente, ganha as eleições de 2009. Durante a gestão houve um interesse em ampliar HIS no centro com o programa Renova Centro, que tinha como objetivo desapropriar edifícios localizados no centro para a produção de HIS e do Plano de Revitalização do bairro da Luz- o Projeto Nova Luz, que é alvo de críticas pelos moradores e comerciantes da região, por não se mostrar democrático e transparente, nem mesmo com a criação, através da pressão social, do Conselho Gestor da ZEIS 3, para haver diálogo com a população na implementação do projeto.

A falta de diálogo com os movimentos, o descumprimento das ações efetivas dos programas, e a forma de viabilidade das obras que seria a Parceria Público e Privada (PPP), excluía a possibilidade de autogestão, o

que provocou um número expressivo de ocupações na região central no final de 2011.

Em 2009 e lançado o plano do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): um pacote habitacional extravagante com a meta de construção de 5 milhões de casas por todo o Brasil, a serem financiadas com subsídios a famílias de baixíssimas (faixa 1) e baixa renda (faixa 2 e 3). O programa foi idealizado fora do Ministério das Cidades e sem a participação popular, na figura dos movimentos e entidades. Ao contrário disso, foi pensado pela coalizão entre empresas privadas da construção civil e Ministério da Fazenda (ROLNIK, 2015, p. 302).

Apesar da possibilidade da casa própria e a criação de empregos na construção civil com o PMCMV, o programa se deu na lógica do mercado imobiliário, excluindo a preocupação com a qualidade arquitetônica e urbanística, gerando uma mobilização dos movimentos de moradia para reivindicar sua contemplação no programa através da autogestão.

[...] os movimentos elaboraram um conjunto de propostas para o novo programa,

discutido em reuniões com o MCidades [Ministério das Cidades] e a Caixa. Essas propostas tratam de melhorias no financiamento coletivo, viabilização de terrenos, apoio à elaboração dos projetos, ampliação de recursos para a gestão e o trabalho social, apoio a tecnologias inovadoras e sustentáveis, uso misto de imóveis, criação de regras claras e simplificadas dos programas e redução da burocracia na análise e contratação. (RODRIGUES, 2013, p.73).

Posteriormente as propostas apresentadas e em negociação direta com o presidente da república e a então ministra da Casa Civil (Dilma Rousseff), foi criada a modalidade Entidades no PMCMV, que contempla a construção por autogestão e atendimento da demanda dos movimentos de moradias e entidades credenciadas no Ministério das Cidades, que seriam os responsáveis pelo projeto e execução da obra, com auxílio de uma assessoria técnica, com a disponibilização dos recursos pela Caixa Econômica Federal. A modalidade teve importante papel e abertura nas conquistas dos movimentos sociais que serão apresentadas no decorrer do capítulo.

Em 2012, Fernando Haddad (PT, 2013-2016) é eleito prefeito de São Paulo. Sua gestão foi marcada pela abertura dada as reivindicações dos movimentos populares, e intervenções na cidade que propiciou a apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos, tornando a cidade mais humana, como a abertura para pedestres aos domingos não só da Avenida Paulista, mas de outras 20 ruas e avenidas nos bairros da cidade, a criação do programa “Centro aberto” que levaram equipamentos, jogos, projeções de filmes, decks, iluminação, intensificando o uso do espaço, as 120 praças da cidade que se beneficiaram com Wi-fi livre, como a política de mobilidade para todos, com a implementação de 400km de faixas de ônibus exclusivas, aprovação de 151 novas linhas noturnas, a criação do bilhete mensal, semanal e diário, implementação do passe livre para os estudantes de baixa renda, e a criticada ciclovia, com 360 km com mais de 8 mil ciclistas usuários diários. Também em âmbito cultural como a recuperação e valorização do carnaval de rua.

Outro marco importantíssimo foi a revisão do PDE, que trouxe novos avanços na área de habitação:

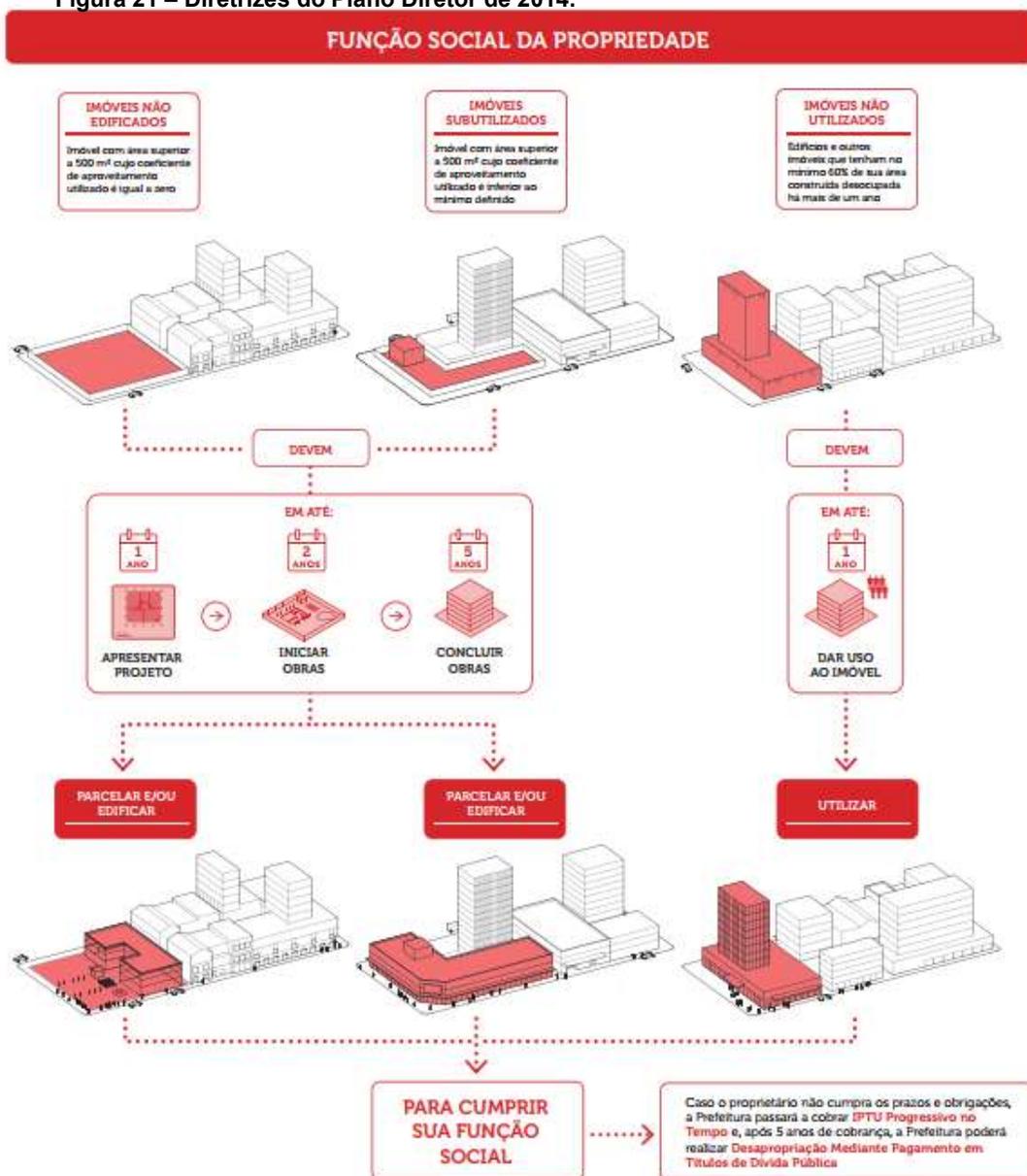
duplicação da demarcação de ZEIS; a criação da ZEIS 5 (vazios em áreas com boa infraestrutura); cota de solidariedade, em que 25% dos recursos das operações urbanas devem ser destinados à produção de HIS; Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), instrumento de notificação de edifícios sem o exercício da função social, a ser aplicado o IPTU progressivo.

O atual plano diretor aprovado em julho de 2014, do município de São Paulo tem como política e objetivo principal aproximar moradia e emprego para reequilibrar e humanizar a cidade, que enfrenta o problema das desigualdades sociais e territoriais. (SANCHES, 2015, p. 168).

Houve também uma grande aquisição de terras para a aplicação do PMCMV, 30% do capital do FUNDURB foi utilizado para as desapropriações. O banco de terras recebeu também edifícios e terrenos do INSS através de um acordo para quitar dívidas com a Prefeitura.

Atualmente o programa está suspenso com a consolidação do banco de terras.

Figura 21 – Diretrizes do Plano Diretor de 2014.



Fonte: Gestão Urbana SP, 2014.

Um dos problemas existentes durante a gestão é que a SEHAB e a COHAB ficaram sob comando do Partido Progressista (PP), estabelecendo um distanciamento com os movimentos de moradia e uma produção habitacional muito abaixo da meta de 55 mil unidades habitacionais, gerando articulações por parte dos movimentos que realizaram inúmeras ocupações e atos na porta da prefeitura no intuito de alertar o prefeito do distanciamento com os movimentos, da lentidão e burocratização dos processos habitacionais, levando assim a nomeação pelo prefeito, de um novo secretário: João Sette Whitaker, arquiteto e docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), trazendo novos ânimos para a Habitação.

A primeira medida tomada foi a revisão do Plano Municipal de Habitação (PMH), previsto no PDE, que tem como carro-chefe a retomada da Locação Social como programa habitacional. Infelizmente, o curto período na SEHAB e a não reeleição de Haddad, impossibilitaram a concretização do programa. (CONEJO, 2016, pág 66)

Foi durante a gestão Haddad que se autoriza o uso de recursos do PMCMV para a reforma de edifícios. Em 2014 foi assinado pela Caixa Econômica Federal o primeiro contrato de reforma de um imóvel abandonado desde 2010 na Avenida Ipiranga, de propriedade da Secretária de Patrimônio Urbano, convertendo o edifício em HIS em regime de autogestão, contemplando o movimento ULC.

O movimento ULC foi responsável pela contratação e fiscalização da empreiteira que realizou a obra, e os apartamentos serão financiados pelas 120 famílias com renda mensal de até 1,6 mil reais (zero a três salários mínimos). (CONEJO, 2016, pág. 66)

Com um bom banco de terras e a possibilidade de utilizar os recursos do PMCMV para a reforma de edifícios, possibilidades dada através da gestão Lula e Dilma em âmbito federal, foi por meio de chamamentos públicos da COHAB para viabilizar o PMCMV-E que encontraram soluções para atender os movimentos de moradia.

**Figura 22- Edifício Ipiranga**



**Fonte: Pac, 2014**

Os chamamentos tem como objetivo a: Seleção pública de Entidades Organizadoras interessadas em promover empreendimentos habitacionais de interesse social em imóveis situados no Município de São Paulo, disponibilizados por meio deste procedimento no Âmbito Do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que terá como agente operador a Caixa Econômica Federal – CAIXA, podendo ser complementado por recursos de

programas estaduais e municipais, nos termos das especificações e anexos deste Edital. (PROCESSO ADMINISTRA - TIVO N.º 2015-0.195.852-2).

Este é o processo no qual se insere também a ocupação do Hotel Cambridge pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), contemplada no programa no governo Haddad e que já se encontra desocupada pelo movimento para os procedimentos e início das obras.

O governo federal atual, é marcado por inúmeros retrocessos das políticas sociais que foram implementadas anteriormente. A Anistia Internacional em seu último relatório “O Estado dos Direitos Humanos no mundo” identifica e organiza alterações nas políticas, no caso do Brasil a Anistia dividiu o relatório nos seguintes temas: mudanças legais, constitucionais e institucionais; monitoramento internacional; forças policiais e de segurança; condições prisionais; liberdade de manifestação; defensores dos direitos humanos; conflitos por terra; direitos dos povos indígenas; direitos LGBT; liberdade de religião e crença; e direito das crianças.

Só na questão habitacional, encontramos mais de dez retrocessos, sendo esses os principais: Criminalização dos movimentos sociais, com suspensão de portarias e das contratações nos programas Minha Casa Minha Vida Entidades e Minha Casa Minha Vida Rural; Alteração de regras para cobrança das prestações do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, inclusive para os contratos já assinados com as Entidades Organizadoras; Não reconhecimento do Conselho das Cidades e suas instâncias de participação como parte da gestão do Ministério das Cidades; Preparação de medidas para vetar a utilização de instrumentos urbanísticos de acesso à terra, previstos no Estatuto das Cidades; Suspensão da contratação do Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida, nas modalidades FAR Empresas, Entidades e Rural. Deixando assim os que mais precisam sem atendimento.

Em âmbito municipal não se diferenciando muito do contexto nacional, o governo João Dória (PSDB, 2017-2018) é marcado por retrocessos não só nas questões habitacionais. Evidenciando a questão da habitação, Dória deixa evidente seus interesses e parcerias com o mercado imobiliário que como já visto anteriormente,

é um dos mais prejudiciais para a questão da habitação para população de baixa renda.

Figura 23- Ilustração sobre Gestão Dória



Fonte: LabCidade, 2017

A criminalização dos movimentos de moradia e o diálogo reduzido com eles também é uma forte característica do governo Dória. Um projeto de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) é sugerido nesta gestão, trazendo uma série de mudanças que impactam o zoneamento e o Plano Diretor da cidade, como a eliminação da obrigação de construir Habitação de

Interesse Social (HIS) nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) do tipo 3; o incentivo da verticalização com a revogação do limite de altura de construções de até 28 metros nas Zonas Mistas (ZM); alteração de regras que preservam as vilas e bairros residenciais; e a flexibilização de obrigações sociais e ambientais previstas para áreas de intensa produção imobiliária, redução drástica do valor da outorga onerosa, valor que o empresário deve pagar ao município para construir além do limite estabelecido no Plano Diretor Estratégico, a Prefeitura deixaria de arrecadar cerca de R\$ 150 milhões por ano, valor que seria revertido ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).

É uma proposta que atende única e exclusivamente o setor imobiliário, que historicamente é um setor que não contribui para uma cidade mais humana e os supostos ajustes propostos estão repletos de irregularidades, o que levou o Ministério Público mover uma ação até agora sem sucesso, que pede a interrupção do processo de discussão do projeto de lei de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Nota-se a ausência de parâmetros públicos e institucionais na condução de um processo que se

efetivado terá grande impacto na cidade nas próximas décadas.

Em 6 de abril de 2018, João Dória renuncia ao cargo de prefeito para que possa candidatar ao governo do estado de São Paulo, assumindo então o vice e então atual Prefeito Bruno Covas (PSDB, 2018 até atualidade). Seu governo até agora mostra seguir a linha de seu antecessor nas questões habitacionais e a presença de contrariedades nos órgãos públicos a respeito de medidas e decisões frente as situações e realidades enfrentadas pelos movimentos de moradia, em específico no caso do incêndio seguido de desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida no dia primeiro de maio, que estava ocupado pelo movimento MLSM – Movimento de Luta Social por Moradia, que será abordado nos próximos capítulos.

A luta e resistência dos movimentos sociais diante do contexto atual, reafirmam a importância da existência e reivindicações dos próprios para a construção de uma cidade mais justa e igualitária.



### **CAPÍTULO 3: Ocupações – Arquitetura e urbanismo insurgente**

As ocupações, esses novos modelos de morar não se encaixam no léxico das políticas públicas e dos diagnósticos “habitacionais”. A ocupação, tanto de edifícios como terrenos, é a estratégia utilizada pelos movimentos sociais de moradia para denunciar a falta de política habitacional e reivindicar o direito à moradia digna, uma vez que por meio desse ato político, se abre um canal de negociação com o poder público. Além da pressão política muitas das ocupações se consolidam, permanecendo no local, buscando incessantemente a reforma do edifício, possibilitando a moradia definitiva para as famílias que ali ocupam (ROLNIK, 2017). Atraente pela sua maior acessibilidade e devido aos inúmeros prédios abandonados, o centro da cidade é palco de reivindicações.

Transformando espaços vazios e abandonados em moradia, os movimentos sociais de moradia amenizam as necessidades urgentes de habitação com quantidades significativas de moradias. Os terrenos

ocupados também promovem e reivindicam uma reforma urbana mais ampla incorporando serviços coletivos, infraestrutura decente e amplo espaço público. (BOULOS, 2012). As ocupações organizadas em terrenos e em prédios abandonados que não cumprem sua função social da propriedade, realizam uma espacialização de cidadania insurgente, o que poderia ser designado como urbanismo insurgente. (HOLSTON, 2009)

#### **3.1 Ocupações X Movimento Social de Moradia**

Barbosa (2014) coloca a diferença em se fazer a luta por moradia da periferia para o centro.

Se nas periferias estas lutas estavam inviáveis, nos centros urbanos ganharam holofotes da mídia, da sociedade e do poder público e passaram enfrentamento direto com o setor imobiliário. Estas ocupações reúnem, por vezes, centenas de pessoas retratando um drama até pouco tempo conhecido e ainda, muito

pouco compreendido, dando visibilidade ao grave problema da falta de moradia. (BARBOSA, 2014, p. 94).

O centro de São Paulo possui milhares de edifícios vazios<sup>11</sup> apesar do grande déficit habitacional presente na cidade e da expulsão da população de baixa renda das áreas mais urbanizadas pelo mercado imobiliário. Atualmente, segundo levantamento de maio de 2018 da Prefeitura Municipal, há mais de 100 imóveis ocupados na região central pelos movimentos de moradia. Atuam no centro a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC); o Fórum de Cortiços e Sem-Teto; Movimento de Moradia do Centro (MMC); o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC); Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC); Grupo de Articulação por Moradia dos Idosos da Capital (GARMIC); Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC); Associação Conde;

Movimento de Moradia Para Todos (MMPT) e União de Associações de Moradia Popular (UAMP).

A trajetória de lutas e conquistas dos movimentos de moradia organizados e sérios, propiciaram a conquista de inúmeros projetos de habitação de interesse social, conforme Sanches e Barbosa, bem como, a formação política e cidadã de muitas famílias. Porém, existe o surgimento de “movimentos de fachada” que se aproveitam das famílias em função da falta de alternativas habitacionais, as exploram cobrando altas taxas e gerando uma ocupações desorganizadas, com apenas a intenção de lucrar. Ao contrário do que os movimentos de moradia propõem. Infelizmente, a existência destes grupos alimentam o discurso de criminalização dos movimentos propagado pela grande mídia e por alguns líderes políticos<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Segundo o Censo IBGE 2000, havia cerca de 40 mil domicílios vazios na região, além de centenas de edifícios abandonados (KOHARA, 2013, p. 201).

<sup>12</sup> O Ex prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), em declaração à imprensa chama os moradores da ocupação do prédio Wilton Paes que desabou no dia 1

de maio de criminosos, ele afirma que o prédio estava ocupado “por uma facção criminosa” e que ali “era um centro de distribuição de drogas . No âmbito federal, outros problemas surgem no horizonte, com a suspensão do PMCMV, feita pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB).



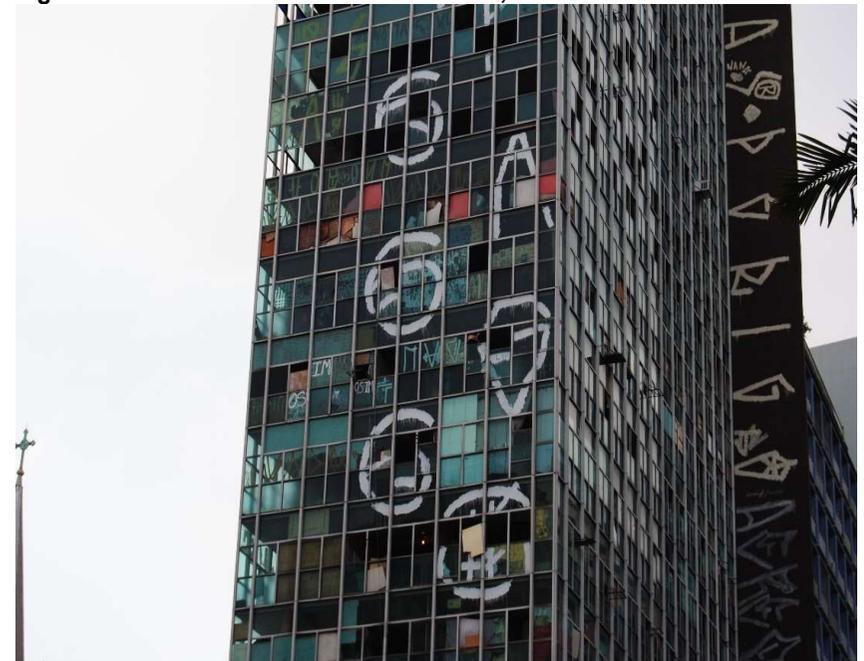
No dia primeiro de maio de 2018, o edifício Wilton Paes de Almeida projetado em 1961 pelo arquiteto Roger Zmekhol, desabou seguido de um incêndio, deixando pelo menos 7 vítimas e 2 desaparecidos. O prédio era ocupado pelo movimento MLSM (movimento de exploração as famílias) que não é muito conhecido entre as lideranças do sem-teto nem está presente nos locais de diálogos com o poder público.

O edifício pertencia ao governo federal desde 2002. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é o órgão responsável por gerir os imóveis de propriedade federal, subordinado ao Ministério do Planejamento. Foi construído para ser sede da Cia. Comercial Vidros do Brasil (CVB). Depois foi sede do INSS e da Polícia Federal. Ficando totalmente vazio em 2003. Segundo a Prefeitura de São Paulo, foram cadastradas 248 pessoas, de 92 famílias. Ao menos entre 2015 e 2018 havia na fachada a faixa do movimento MSLM.

Documento da Secretaria Municipal de Licenciamento, datado de 26 de janeiro de 2017, apontava problemas e riscos no prédio. Como por exemplo; ausência de extintores, sistema de hidrante inoperante, ausência de

mangueiras, instalações elétricas irregulares entre outras. O documento concluía que a edificação não reunia condições mínimas de segurança contra incêndio. Vale destacar o processo de ocupação deste edifício que foi diferente das ocupações dos movimentos sociais de moradia que melhoram as condições físicas dos edifícios vazios.

**Figura 25- Edifício Wilton Paes de Almeida, 2018.**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018.**

Mesmo assim o poder público não tomou providências para atender as famílias que se encontravam sob risco de tragédia iminente e que de lá não saíram por falta de opção. Após a tragédia, não muito diferente da primeira “avaliação de risco” do prédio, o poder público segue com a parametrização de diagnósticos de riscos em relação aos prédios ocupados sem acompanhar uma medida que soluciona a falta de moradia, ou uma solução imediata para a população sem-teto.

**Figura 26- Equipe do Corpo de Bombeiros em busca das vítimas**



**Fonte: Daniel Arroyo/Ponte, 2018**

**Figura 27- Famílias vítimas do desabamento acampadas no Largo do Paissandu**



**Fonte: Rovena Rosa, 2018**

Esta pesquisa segue acompanhando toda as medidas recentes tomadas em relação a tragédia pelo poder público em relação as ocupações, em especifico no centro da cidade. As primeiras medidas tomadas pela prefeitura foi listar uma agenda de vistorias nos prédios ocupados, com diagnósticos quantitativos sem soluções, em paralelo ao discurso que que criminaliza todos os movimentos sociais, por parte da grande mídia e de alguns

representes governamentais. As vistorias<sup>13</sup> estão sendo acompanhadas pelas assessória técnicas dos movimentos de moradia, pela academia e pelos próprios movimentos, mostrando-se de imensa importância neste processo, revertendo pontualmente as propostas de apenas vistoriar as ocupações para possíveis futuras reintegrações de posse e exigindo medidas solucionais para os problemas habitacionais. Analisa-se também uma contrariedade, já vista em outras realidades, na comunicação de diversos setores e secretarias da Prefeitura. O que dificulta o admirável trabalho das assessórias e a realidade dos movimentos.

Uma iniciativa decorrente do desabamento e das reuniões das assessorias, fez nascer um projeto voluntário da bombeira e estudante de arquitetura Ana Flores, que tem a intenção de levar o treinamento de brigada de incêndio para dentro das ocupações, de acordo com a instrução técnica nº17 do decreto estadual 5.809 do Corpo de Bombeiros Militar de São Paulo atendendo uma normativa e levando informações de prevenção para os

moradores para evitar grandes incêndios, e gerar um lado técnico de cada edificação de como se encontra a situação do prédio perante a legislação de segurança contra incêndio do Estado de São Paulo.

---

<sup>13</sup> Vistoriais então chamadas por “visitas” pela rede de assessória técnica dos

movimentos e pelos movimentos.

Figura 28 – Treinamento de brigada de incêndio na ocupação Mauá



Fonte: Debora Sanches, 2018

Do ponto de vista da política habitacional, revela-se a precariedade das condições de vida, a que é submetida uma parte significativa da população que não tem alternativas de moradia. E que ainda assim tem de enfrentar o discurso de criminalização imposto pelos grandes meios de comunicação e também presente e reforçado na maioria das ações policiais nos casos de reintegração de posse e a repressão no momento em que o grupo está entrando no edifício.

As reintegrações de posse são atos negociáveis entre as lideranças e o Ministério Público, que só resultam em saídas com ordem judicial e a garantia do auxílio para o dia do despejo das famílias, como a disponibilidade de carretos e depósitos temporário para os móveis. Em muitos casos as exigências não são cumpridas no que resulta na resistência das famílias, o que gera o embate direto com a Polícia Militar, que acaba tirando essas pessoas violentamente.

Esse fato deixa evidente que a integridade da propriedade privada é priorizada em relação aos problemas habitacionais e ao direito à moradia, garantido a todos os cidadãos por meio da Constituição brasileira. Diante de tal injustiça, os movimentos de moradia seguem, mais resistente, na luta pelos seus direitos. (COLEJO, Fernanda, 2016, pág. 78)

As reintegrações são uma realidade para quem vive nas ocupações, o grupo tem consciência de habitar certo edifício de maneira temporária e que se o proprietário requerer o prédio, a saída deverá ocorrer mesmo sem ter para onde ir. Em alguns casos há acordos com o proprietário e o movimento, e é acordado um valor mensal a pagar para ele.

Diferente do que a maioria da população julga e do que a grande mídia narra, as ocupações são compostas por famílias trabalhadoras, jovens estudantes, pagam conta de luz para Eletropaulo, água para Sabesp e os movimentos de moradia organizados cobram um valor

de contribuição mensal para tais gastos e para manutenção do prédio, que varia entre 100,00 a 200,00 reais por família, como um condomínio formal.

Considera-se que as gestões mais conservadoras apresentam interesses distintos dos movimentos de moradia, e a evidencia de que existe HIS no centro de São Paulo se viabilizou pela pressão e mobilização dos movimentos de moradia, e que a descontinuidade dos programas de moradia atrelados ao mandato governamental ao invés de se consolidar uma política habitacional se torna um meio de prejudicar a população de baixa renda e os movimentos de moradia.

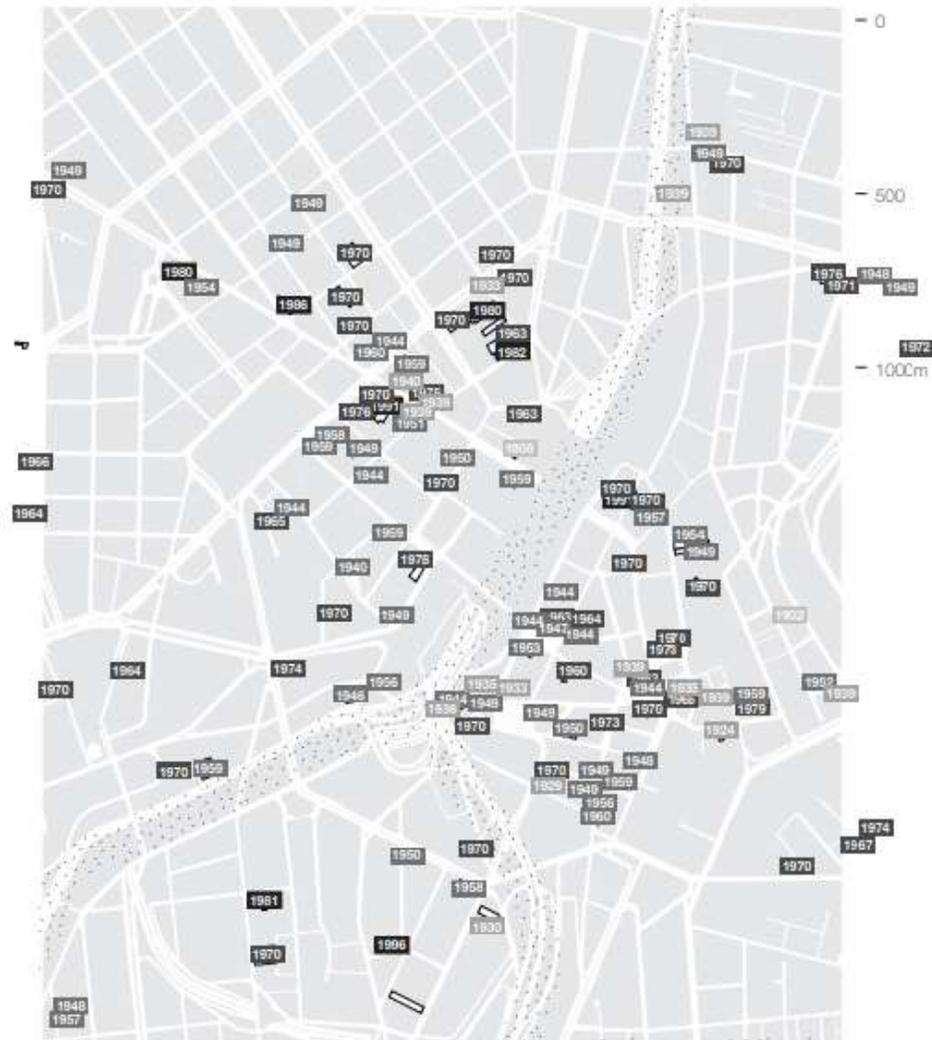
Diante desta realidade os movimentos de moradia vem tendo autonomia na transformação urbana e arquitetônica gerada por eles e por seus moradores das ocupações e vem renovando o centro da cidade e seu cotidiano, além das conquistas já citadas através da luta e resistência.

### **3.2 As ocupações regenerando e transformando a cidade**

A presença das ocupações cria uma urbanidade, reativando as dinâmicas sociais e econômicas do entorno. Essa realidade se contrapõe ao discurso do senso comum de que levar habitação social para o centro de São Paulo não o revitaliza, que a população mais pobre não tem condição financeira para se manter no centro, degradando-o ainda mais. A ocupação do Hotel Cambridge é o contra argumento vivo a esse discurso falho, revestido de preconceito e discriminação, que só prova a cidade segregada e desigual em que está inserido. (COLEJO, Fernanda, 2016)

Os inúmeros edifícios vazios no centro se parecem na questão do período de sua construção. Todos construídos antes dos anos 2000, em sua maioria construídos entre a década de 1940 e 1980. A tipologia se difere também entre prédios comerciais, culturais, hotéis, residenciais, edifícios públicos, estacionamentos, fábricas e indústrias, prevalecendo um maior número de prédios comerciais vazios.

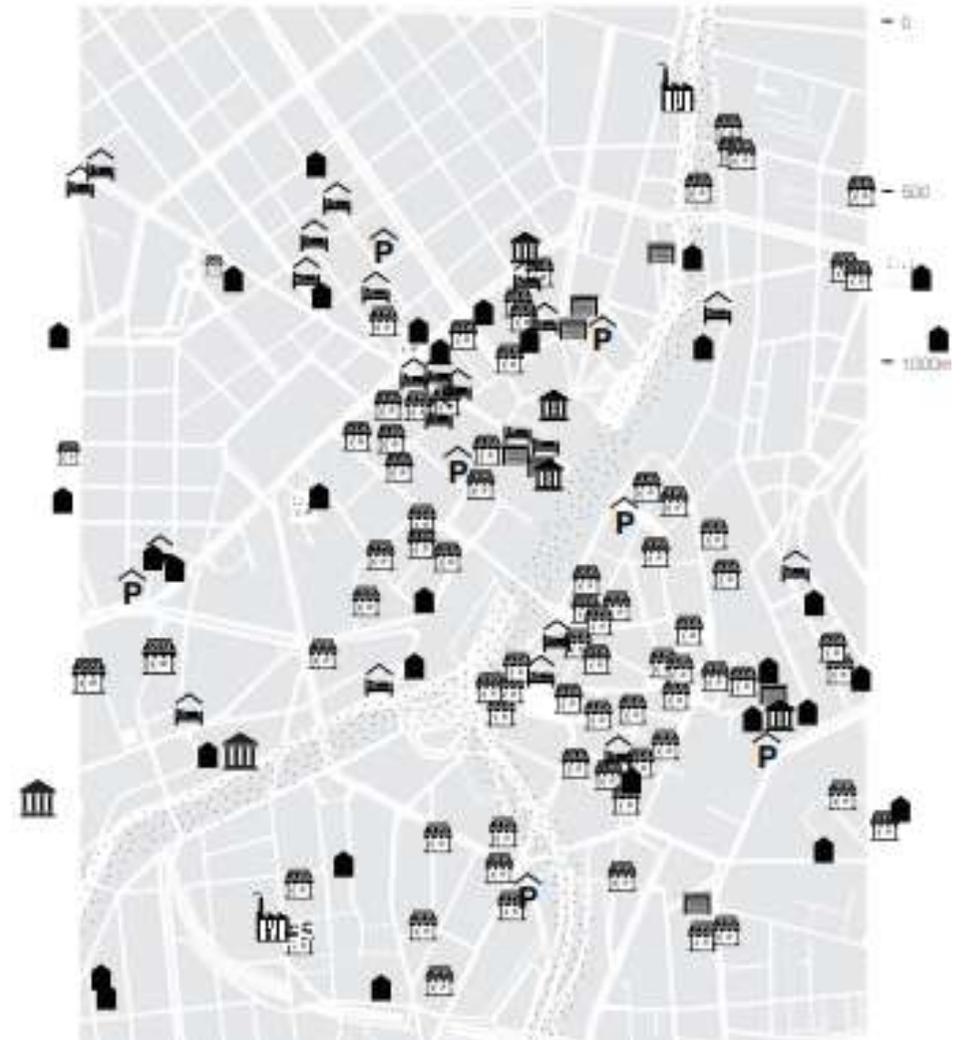
Figura 29 – Imóveis vazios de acordo com o ano de sua construção



Fonte: Carmen Briers e Lisa de Vos, 2015.



Figura 30 – Imóveis vazios de acordo com sua tipologia.



Fonte: Carmen Briers e Lisa de Vos, 2015.



Retoma-se a importância do adensamento populacional dos centros urbanos para a conquista de uma cidade mais justa e igualitária, pelo acesso a mobilidade, serviços empregos, empregos estudos através dos princípios da função social da propriedade nas áreas dotadas de infraestrutura. (SANCHES, Débora, 2015, pag 239)

Pode-se analisar através do mapeamento o número mínimo de investimento e construções recentes no centro comparando com o número da necessidade habitacional. Com tipologias diversas, existem inúmeros edifícios que possuem uso atual somente no térreo e os pavimentos superiores vazios, em geral uso comercial em baixo de comércio popular ou estacionamento. No mapa que relaciona os imóveis vazios, ocupados, e projetos destinados para habitação, observa-se que as ocupações conseguem abrigar maior número de pessoas que os projetos consolidados do centro. Levando em conta o número de pessoas em cada unidade habitacional e melhor otimização do espaço.

Figura 31 – Relação de Imóveis vazios, ocupados e HIS de acordo com o número de moradias.



Fonte: Carmen Briers e Lisa de Vos, 2015.

- Retrofit
- Ocupações
- Imóveis vazios

Os movimentos sociais urbanos, reivindicam o direito a cidade não só ocupando os edifícios abandonados como resposta imediata a necessidade de habitação, mas ocupando o centro da cidade fazendo-o palco para protestos e manifestações políticas.

Figura 32 – Ato contra a criminalização dos movimentos sociais



Fonte: Marcele Piotto, 2018.

Figura 33 –III Feira Nacional da Reforma Agrária



Fonte: Marcele Piotto, 2018.

O Movimento analisado é o Movimento Sem Teto do Centro- MSTC, que surgiu em 2000 como uma dissidência já citada anteriormente, e em 2001 junto com outros movimentos criaram a Frente de Luta por Moradia (FLM), que hoje abriga todos eles. Mantendo com os outros movimentos, uma relação de respeito que se articulam juntos em determinadas ações. Os objetivos principais do movimento é organizar o maior número possível de

trabalhadores de menor renda, para que juntos, possam conquistar a moradia e seus direitos constitucionais. Para que através da luta possam conquistar direito à moradia, educação, saúde, ao lazer, cultura, mobilidade e à qualidade de vida (SILVA, 2017).

Alguns movimentos de moradia contestam a fragmentação de inúmeros movimentos presentes na cidade que se afastam da luta política por moradia, no intuito de unificar a luta e abrigar várias entidades. A Frente de Luta por Moradia (FLM) é criada como um guarda-chuva, articulando uma ação clara: colocar as necessidades habitacionais da população de baixa renda, na agenda das políticas públicas

### **3.3 MSTC: Estrutura organizacional do movimento e a vida na ocupação**

O MSTC possui o grupo de base que reúne todos que não tem onde morar e procuram o movimento, fazendo o cadastro dessas pessoas, dando um suporte e orientação para obter documentos básicos para que possam se inscrever nos programas sociais e os orientam politicamente sobre seus direitos e deveres. Em questão

dos refugiados é dado todo suporte para documentações básicas e apoio cultural e social para inseri-los em sua nova realidade. Depois lhes é apresentado o movimento de moradia e seu funcionamento, sobre as regras básicas de convivência coletiva, que poderão ser observadas no estudo de caso da ocupação 9 de Julho. A principal estratégia do movimento é negociar com os 3 níveis governamentais, no que diz respeito às necessidades básicas destas famílias, relacionadas ao direito à cidade. E ocupar os imóveis vazios e ociosos que não cumprem função social, denunciando a falta de moradia, de políticas públicas e a especulação imobiliária.

As principais manifestações públicas contou com as passeatas até o Palácio do estado de São Paulo no Morumbi, ida à Brasília no congresso e no STF, acampamento na porta no Tribunal de Justiça e depósitos dos móveis de uma ocupação que seria despejada na porta do Fórum João Mendes. Através destes e outros atos políticos juntos com a luta e resistência diária o movimento conquistou moradias definitivas, como grande exemplo o Hotel Cambridge que será convertido em HIS, o que conseguiram por meio do Chamamento público nº 002/15

da COHAB, propostas de lei e participação efetiva do governo através dos conselhos populares e suas respectivas eleições.

Carmen Silva líder do movimento de moradia tem um papel fundamental de formar novas lideranças dentro do movimento. São dadas formações para coordenadores. Cada coordenador se responsabiliza por uma ocupação em prol das atividades e necessidades de sua ocupação resolvendo problemas pontuais e locais. Em cada ocupação possui os mediadores, que são divididos por andar, onde acontecem reuniões quinzenais, ou de acordo com as necessidades situacionais. Os mediadores são as vozes que que leva aos moradores as informações de organização, de agenda, trabalho interno e externo e burocráticas do movimento, representam as famílias e apresentam as problemáticas ao coordenador, que passa para a coordenação geral do movimento, que se inteira de tudo o que acontece nas ocupações e resolve problemas maiores do movimento, dando respaldo e retorno aos moradores nas assembleias gerais, criando assim, um ciclo organizacional e participativo. Além de comissões de trabalho: portaria, limpeza, manutenção, cozinha. Entre

outras necessidades pontuais e específicas de cada ocupação.

Figura 34- Ciclo Organizacional



Fonte: Marcele Piotto, 2018

### 3.3.1 As assessorias técnicas do movimento e sua abrangência

O diálogo com diversas assessorias técnicas é presente no cotidiano do movimento. O arquiteto e

professor Celso Sampaio, um dos primeiros arquitetos que o movimento teve contato, presta Assistência Técnica a FLM pelo processo de Autogestão, atuando na interlocução com os órgãos públicos, como no caso do Hotel Cambridge junto com assessória do Peabiru e Usina, e dando suporte na área de arquitetura, como o projeto da ocupação São Francisco, que está em fase de negociações e propõe parceria na gestão do imóvel, que pertence a prefeitura, realizando algumas reformas com recursos próprios. A assessória do Peabiru que tanto realizou os estudos para o Cambridge e 9 de julho, tendo a assinatura dos projetos pelo arquiteto Alexandre Hodapp, atua também na interlocução com os órgãos públicos e presta assistência técnica para o MSTC. Como dissertado anteriormente, as ocupações de moradia contam no momento atual com assessória técnica do Peabiru, Usina, e do labhab da UFABC acompanhando as vistorias realizadas pela prefeitura nas ocupações e na interlocução com os órgãos públicos.

O movimento conta com a parceria de diversos

profissionais e Universidades presentes nas experiências das ocupações. São eles; a escola da Cidade, representada pela arquiteta e urbanista Carla Caffé e o arquiteto Luís Felipe Abbud que representam os alunos da escola, o Marcos Rosa, Jeroen Stevens e seus alunos da Universidade Leuven na Bélgica, a rede de assessória que acompanha os movimentos de moradia, atualmente em diálogo com o poder público nos acompanhamentos das visitas técnicas<sup>14</sup>, entre eles membros da Peabiru, Usina, UFABC, a professora arquiteta e urbanista Débora Sanches que trabalha e orienta diversos estudantes que se fazem presentes, entre outros com experiências que passaram com o movimento.

É fantástico como as assessórias técnicas vem contribuindo para além do desenho. Nós tínhamos um grande preconceito com a figura do arquiteto: achávamos que era uma atividade somente estética. Mas arquitetura é vida. O arquiteto é uma figura tão importante quanto um professor e um médico na vida do seu humano, porque a cidade sem

---

<sup>14</sup> Como dissertado anteriormente sobre os desdobramentos posteriores ao

desabamento do Edifício Wilton Paes.

arquitetura é totalmente morta. A arquitetura não pode servir somente para uma caixa emblemática. Mas é o local onde se planeja como uma família vai viver, como um ser humano vai viver. Eu aprendi até a importância da janela- a condição de luz que entra e a luz que sai, de como o ar circula-, tudo isso eu aprendi com a figura do arquiteto. Com o prêmio APCA de Arquitetura [Associação Paulista de Críticos de Artes, na categoria Apropriação Urbana], passei a refletir que não basta um movimento ocupar só para denunciar, o movimento tem que ocupar para zelar, transformar. Com o prêmio APCA percebi a importância da preservação da cidade para não matarmos nossa história. (SILVA, Carmen, 2017, Lutar, Ocupar e Resistir)

As estratégias de comunicação externa e internas do movimentos se aperfeiçoam a cada dia com a abertura dada a rede de colaboradores que compõem o movimento, que será mapeada no próximo item deste capítulo. No início a dificuldade com a mídia era baseada no tratamento da mídia oficial em relação aos movimentos. Com o passar do tempo e a partir da abertura, o movimento

passou a ter acesso e contato direto com as mídias alternativas, entre elas Mídia Ninja e principalmente, Jornalistas Livres que se faz presentes nas ações do movimento, e passaram a usar também as redes sociais para divulgar suas ações e atividades culturais.

Os coletivos de culturas presentes nas ocupações conta com profissionais de diversas áreas, arquitetos, jornalistas, cineastas, artistas, psicólogos, advogados, professores, estudantes e pesquisadores. Os psicólogos trabalham com os moradores fazendo reuniões de andar em andar; os artistas promovendo aulas e oficinas para crianças; mulheres e moradores em geral juntos com estudantes e professores; os arquitetos promovendo melhorias para o prédio e oferecendo oficinas de marcenaria e compondo diversas exposições; os advogados na parte de documentação jurídica, jornalistas registrando a maioria de nossas atividades e atos políticos e cineastas promovendo oficinas trabalhando com os moradores e gerando resultados incríveis como é o filme da cineasta Lili Caffé, “Era o Hotel

Cambridge”<sup>15</sup> tendo como sua diretora de arte a arquiteta Carla Caffé, que teve repercussão nacional, retratando a vida em ocupação e o acolhimento a migrantes, imigrantes e refugiados. A maior comunicação do movimento com a população se dá através da arte e da cultura, formando um grande coletivo com esse grupo de pessoas que faz a comunicação do movimento junto com o próprio ser cada vez mais crescente.

As ocupações hospedam grandes espaços coletivos e individuais, e a manutenção do local é dada de forma coletiva através de mutirões. Além disso, conta com grandes espaços livres onde acontecem dinâmicas públicas, como um dos espaços que sediou a 11º Bienal de Arquitetura de São Paulo na ocupação 9 de Julho e no Hotel Cambridge.

---

<sup>15</sup> <sup>13</sup> O filme Era Hotel Cambridge, até o presente momento, recebeu o Prêmio da Indústria – Cine en Construcción, no 63º Festival de San Sebastián, em 2015; Hubert Buls Fund 2015 – do Festival de Rotterdam; Prêmios de Melhor Montagem, Melhor Filme Voto Popular e Prêmio FIPRESCI, no Festival do Rio 2016; Melhor Filme Nacional Voto do Público, na 40ª Mostra de São Paulo; Melhor filme no Festival Inter - nacional de Cinema da Fronteira e de Melhor

### **3.4 Ocupação 9 de julho**

A ocupação 9 de julho se insere nas trajetórias de luta ao longo dos anos. O grande edifício art déco do arquiteto Jayme Fonseca Rodrigues, localizado na Avenida 9 de Julho com sua construção iniciada em 1939 e inaugurado em 1943, o edifício erguido para ser sede da delegacia de São Paulo do IAPETC<sup>16</sup> e posteriormente no INSS. Foi construído para uso misto com escritórios e consultórios médicos nos quatro primeiros pavimentos e 67 apartamentos nos andares superiores. Na década de 1970 o prédio foi esvaziado pelo INSS para ser sede da repartição pública em São Paulo, o que nunca aconteceu, deixando o imóvel vazio por mais de 20 anos.

Atuação à Carmen Silva. Em março de 2017, estará em cartaz no circuito comercial. (COLEJO, 2017)

<sup>16</sup> Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

**Figura 35- Prédio do Inss, visto da Avenida 9 de Julho**



Fonte: Leo Liberman, 1940

O primeiro dia de festa<sup>17</sup> aconteceu em 2 de novembro de 1997, como parte de uma ação ampla que envolveu diversos movimentos de moradia, foi ocupado pelo Fórum de Cortiços. A partir de uma dissidência do movimento que ocupou, nas salas da ocupação 9 de julho, em 2000 nasce o movimento MSTC com novas lideranças e diretrizes. Em 2003 com a promessa pelo governo municipal de transformar o edifício em um conjunto

---

<sup>17</sup> Festa é expressão usada pelos movimentos de moradia para nomear o dia em que entram em um edifício abandonado, é o momento da ocupação

habitacional, os moradores desocupam o edifício e o não cumprimento da promessa o faz vazio novamente. Além do abandono e da falta de manutenção, em 2004 o edifício tem sua fachada e espaços internos degradados a partir de um incêndio. O não cumprimento da promessa pela prefeitura, levou o movimento a reocupar o prédio por 3 vezes, todas elas seguidas de truculentos processos de reintegração de posse.

**Figura 36- Dia de Festa, ocupando a 9 de julho**



Fonte: Matthias Lamberts, 2016

propriamente dita.

**Figura 37- Dia de Festa, ocupando a 9 de julho**



Fonte: Matthias Lamberts, 2016

Em 28 de outubro de 2016, o edifício é reocupado pelo MSTC até o presente momento, que contou com a assessoria técnica do Peabiru e o auxílio de especialistas em engenharia da USP para elaboração de um laudo que atestava a segurança do edifício, devido aos anos de abandono e o incêndio. A partir deste dia o movimento recomeça na ocupação 9 de julho a dinâmica que se dá ao ocupar um prédio abandonado, que se inicia com um grande trabalho de limpeza.

Os mutirões de limpeza são os primeiros atos de reabilitação dos espaços do prédio para receber novas famílias, que neste primeiro momento contam também com a ajuda de moradores de outras ocupações do movimento. O lixo e o entulho retirados preencheram dezenas de caçambas de caminhão. O trabalho de limpeza e organização no primeiro mês são intensos, mantendo a dinâmica e a regra de manter semanalmente tais práticas. A transformação na paisagem urbana, arquitetônica e a mudança no fluxo de pessoas realizada ao ocupar é imediata.

**Figura 38- Primeiro mutirão de limpeza no prédio pós ocupação**



Fonte: Virginia de Medeiros, 2016

**Figura 39- Primeiro mutirão de limpeza no prédio pós ocupação**



Fonte: Virginia de Medeiros, 2016

Os espaços, estão em constante transformação, evoluindo a cada uma delas. A transformação se dá em dois momentos, o primeiro de necessidades básicas, onde a cozinha comunitária e o banheiro coletivo são um dos primeiros espaços a se estabelecer, já que ainda os moradores estão também ao mesmo tempo construindo suas unidades habitacionais, onde ambos espaços compõe cada unidade. Também de necessidade primaria e definitiva e a portaria, que se tem

acesso pela rua Álvaro de Carvalho 427. O segundo de necessidades que aparecem no decorrer do tempo de vivencia dos moradores, em sua maioria os espaços coletivos, salas de reuniões e assembleias, refeitório (que abriga um restaurante aberto ao público uma vez ao mês), biblioteca, escritório, marcenaria, quadra poliesportiva, brinquedoteca, brechó, salas de aula.

Os espaços de necessidades primarias como a cozinha comunitária no terceiro pavimento e os banheiros coletivos em cada andar, permanecem até o presente mesmo cada um tendo o seu individual. Alguns destes espaços citados, são espaços multiuso ou já teve a mudança de uso de acordo com a necessidade do movimento, como é o caso da sala de assembleia, que já foi espaço expositivo, e agora é espaço multiuso, de sala de aula, assembleias internas e debates públicos e o refeitório, nos almoços coletivos sendo o restaurante da 9 de julho e no cotidiano como sala de aula.

Figura 40- Espaços gerados na 9 de julho pelo movimento



Fonte: Marcelle Piotto, 2018.

Figura 41- Espaços gerados na 9 de julho pelo



Fonte: Marcelo Piotto, 2018.

Figura 42- Sala de assembleia- multiuso



Fonte: Marcele Piotto, 2018.



As rede de atividades e coletivos/colaboradores presente na 9 de julho é imensa. A organização interna do movimento divide as atividades por andares; limpeza e manutenção, através de mutirões realizados pelos moradores e eventualmente mutirões de trabalho de acordo com cada evento que ocorre lá dentro. No terceiro andar, onde se concentra os espaços e atividades coletivas, tem a cozinha, marcenaria e o brechó onde os moradores usam e trabalham diariamente para demandas internas.

Devido sua grande proporção de atividades e coletivos/colaboradores externos, aqui se faz uma organização que se divide em dois grupos; comunicação e trabalho. O Grupo de comunicação já citado anteriormente é composto por mídias alternativas e profissionais do ramo, são eles: o coletivo Jornalistas livres, cineastas, jornalistas e fotógrafos. Entre as atividades desenvolvidas por eles estão, a narrativa verdadeira da ocupação e do movimento, através da cobertura das ações públicas internas e externas do movimento, através de vídeos, fotografias e release informativo. Na 9 de julho eles se reúnem em uma sala que atualmente está designado para tais.

O grupo de trabalho é composto e dividido em oficinas, aulas e mutirões, elaboradas e organizadas por um coletivo que se faz presente no cotidiano da ocupação, entre eles: professores, estudantes, cineastas, arquitetos, Uneafro, equipe Escola da Cidade, e o coletivo Aparentamento. Os dois últimos desenvolvem atividades na marcenaria, com a fabricação de moveis para ocupação e na cozinha, organizando e realizando os almoços mensais no último domingo do mês no restaurante Cozinha 9 de julho. A Uneafro em parceria com o MSTC tem um cursinho pré Vestibular, aberto ao público, que acontece todo sábado na ocupação. Para um melhor entendimento e organização das oficinas e aulas segue a tabela abaixo:

Figura 45- Tabela de aulas e oficinas na ocupação 9 de julho

Oficinas/aulas	Frequência/ dia	Local
Oficina de artes para crianças até 8 anos	Semanalmente/ quarta feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de dança para crianças	Semanalmente/ quarta feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de audiovisual/cinema para crianças acima de 9 anos	Semanalmente/ segunda feira	Sala de assembleia
Aula de capoeira	Semanalmente	Biblioteca
Atividades lúdicas para crianças- livre idade	Semanalmente/ quinta feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de coral para mulheres	Semanalmente/ quarta feira	Refeitório
Aula pré vestibular	Semanalmente/ sábado	Sala de assembleia

Fonte: Marcele Piotto, 2018.

Figura 46- Tabela de aulas e oficinas na ocupação 9 de julho



Fonte: Marcele Piotto e Ocupação cozinha 9 de julho, 2018.



*Relato da primeira oficina de cinema que retomou na 9 de julho*

Ansiosos com a divulgação da volta da oficina, as crianças chegam na sala de assembleia, local onde estão acontecendo as oficinas. Em um primeiro momento todos se apresentam, crianças e coordenadores. Empolgados se inicia a apresentação de como será a retomada.

**Figura 48- Momento de apresentação**



Fonte: Marcele Piotto, 2018.

**Figura 49- Momento de apresentação**



Fonte: Marcele Piotto, 2018

A primeira questão que foi colocada era quais eram as regras básicas para realizar as oficinas. As regras foram decididas democraticamente a partir de sugestões das próprias crianças. As regras escolhidas são: escutar quando o outro está falando, levantar a mão para falar e não bagunçar (gritar, desrespeitar os colegas, etc).

Com as regras estabelecidas, se organizam para assistir os primeiros curtas; Viagem a Lua e

A chegada de um trem na estação La Ciotat, precursores no cinema, que mostra os primeiros efeitos especiais e a fotografia em movimento. Logo após, cada um conta o que entendeu e o que achou do filme.

**Figura 50- Exibição do filme**



**Fonte: Marina Piotto, 2018.**

**Figura 51- Debate e discussão sobre o filme**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018.**

Cada um conta sobre o primeiro filme que assistiu e o que seria necessário para fazer um filme, foram levantados por eles: figurino, som, luz, atores, roteiro, câmera, cenário, diretor, efeitos especiais e maquiagem. Após listarem as coisas mais importantes contam o gênero que mais gostam, tendo como vencedor entre as crianças presentes o filme de terror.

Finalizando o primeiro encontro, os coordenadores da oficina, concluem a aula com os avisos e avisando sobre as listas de presença que se iniciariam a partir da próxima aula e os avisos aos pais em cada casa sobre a volta da oficina.

A oficina de cinema acontecia na Ocupação Cambridge, e gerou três produções audiovisuais com produção das crianças e mediação dos coordenadores da oficina, foram elas: O jornal Cambridge, A vingança do Bruxo e Zoriel.

#### *Os eventos culturais e educativos*

A ocupação 9 de julho já abrigou inúmeros eventos culturais e educativos. Um dos primeiros eventos pós ocupação foi o churrasco de natal. Já foi abrigo de exposições internacionais, foi espaço parceiro da 11ª Bienal de Arquitetura onde aconteceu debates e exposições, criou o restaurante 9 de julho que é aberto ao público todo último domingo do mês, é espaço expositor da exposição do Arquiteto e Urbanista Jeroen Stevens, “Ocupar, Resistir, Construir, Morar” onde está presente alguns mapas de sua

pesquisa de Doutorado que há cinco anos analisa de perto as ocupações do centro de São Paulo.

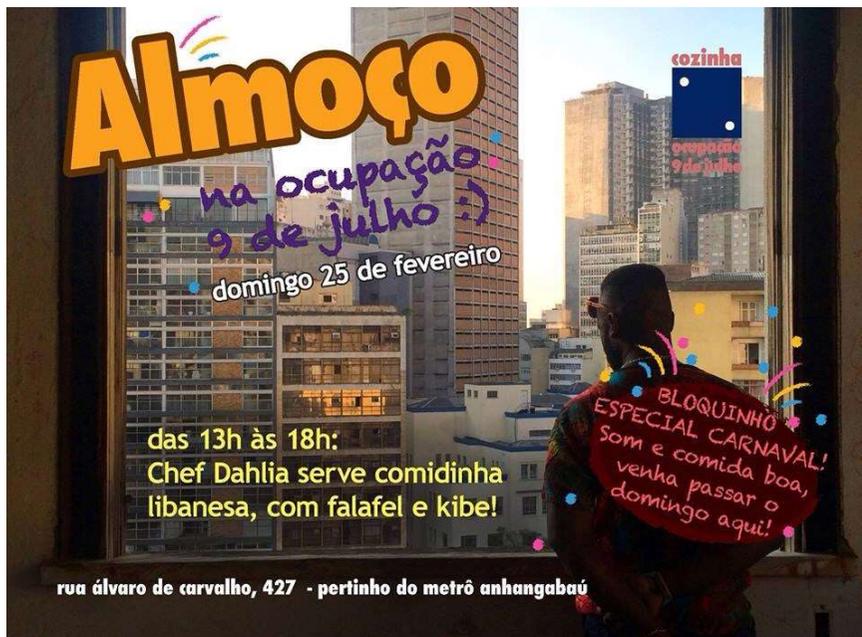
**Figura 52- Natal na 9 de julho**



**Fonte: Virginia de Medeiros, 2016**



Figura 55- Convite para o almoço de domingo



Fonte: Cozinha Ocupação 9 de julho, 2018.

O último grande evento que aconteceu dentro da ocupação 9 de julho foi uma extensão da virada cultural. Com a preparação de uma feijoada por chefes de cozinha, samba ao vivo, oficina de pintura e cartazes, visita técnica dentro da ocupação pela equipe da Escola da Cidade, show da Ana Cañas, conto de histórias na biblioteca e diversas outras atividades. Foi o maior evento que a ocupação já abrigou.

Figura 56- Virada Cultural na ocupação 9 julho, oficina de cartaz



Fonte: Marcelle Piotto, 2018.

Figura 57- Virada Cultural na ocupação 9 julho, mesas na quadra



Fonte: Cozinha ocupação 9 de julho, 2018.

**Figura 58- Virada Cultural na ocupação 9 julho, fila para compra do almoço**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018.**

**Figura 59- Virada Cultural na ocupação 9 julho, preparação para os shows**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018**

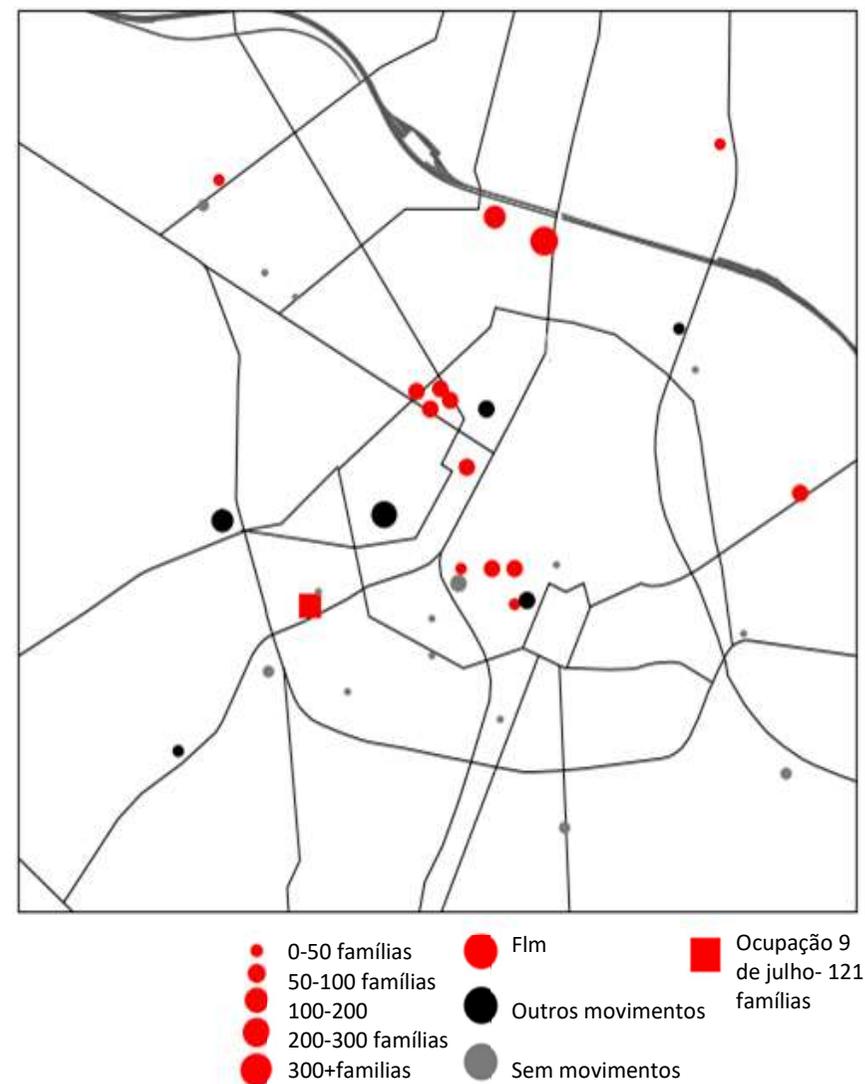
O novo modo de morar revela uma coletividade entre os habitantes da ocupação e entre os habitantes e colaboradores, construída e encorajada pelo movimento MSTC, onde a cooperação é necessária. A ocupação torna-se um lugar onde as pessoas aprendem a “viver juntos”, se preparando para a vida em habitações sociais e criando uma “rede invisível” de formação de cidadania e cultura, além da capacidade exemplar e impressionante de organização e geração de espaço. A ocupação 9 de julho abriga hoje 121 famílias, tendo entre elas algumas vindas da Ocupação Cambridge posterior a desocupação do edifício para o cumprimento do chamamento.

**Figura 60- Entrada da ocupação 9 de Julho**



**Fonte: Marcele Piotto, 2018**

**Figura 61- Mapa das ocupações e número de famílias**



**Fonte: Marcele Piotto e Levi Roelens, 2018.**

## **CAPÍTULO 4: A comunidade e o Arquiteto**

Temos uma realidade política e social hoje, que se faz valer a necessidade de rever questões urbanas no que diz respeito a projetos de habitação, saneamento básico, infraestrutura e equipamentos nas periferias, a democratização da experiência urbana em todas suas escalas. A arquitetura do século XXI se viu forçada a mudar seus códigos e a buscar para a profissão novos caminhos e papéis, os quais ela está encontrando.

Essas transformações exigidas à teoria da arquitetura implicam conceber novos papeis para a profissão, papéis esses que convivam com os que ela tem tradicionalmente e que constituem a bagagem histórica. A mudança no sistema de ensino da arquitetura é especialmente importante em países em desenvolvimento e de baixa renda.

Deve-se buscar novos sistemas de produção do projeto arquitetônico para podermos atingir todos os setores da sociedade e construir uma democracia a partir de sua base. (LOBOS, Jorge, 2017)

### **4.1 As assessorias técnicas e os papéis para o ofício do arquiteto**

As assessorias técnicas se dá pela formação de um grupo de arquitetos que desenvolvem projetos de habitação social de forma participativa com comunidades e movimentos carentes de moradia (SANCHES, 2015). Para a arquitetura, assessorar tecnicamente um movimento habitacional popular; é um exercício intrínseco da profissão escolhida se partimos do pressuposto que as regenerações urbanísticas atuais viabilizam novas técnicas e possibilidades provindas do inesperado e diversificado cenário urbano já construído e caracterizado devido as formas sociais, culturais, econômicas e políticas dos determinados meios que estariam em questão. Logo podemos afirmar que as formações habitacionais detêm da relevante interação entre três lados: Estado, apoio técnico e comunidade, onde o apoio técnico intermedia e constrói a relação entre o poder público e os movimentos populares.

Essa relação entre a assessoria técnica e os movimentos a atuação técnica pioneira se deu dentro a partir de um vídeo exibido no Mutirão Vila Nova Cachoeirinha em São Paulo na Zona Norte, com registros

do engenheiro Guilherme Coelho e uma câmera, realizados no Uruguai sobre conjuntos habitacionais em andamento com ajuda mútua e autogestão pelas cooperativas de habitação que atuavam desde 1964.

O surgimento de laboratórios de pesquisas e desenvolvimentos habitacionais pelas universidades, procuravam e procuram até hoje, atuar tecnicamente em processos desde a mobilização ainda na moradia precária em busca de direito, até o pós morar com a conquista de moradia digna por direito dos moradores. Neste contexto, o Rio de Janeiro é precursor com a urbanização da favela Brás Pina com o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos-NEPHU/UFF da Universidade Federal Fluminense- UFF. (SANCHES, 2015)

Em São Paulo com a criação da cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP) em 1978 que formam uma cooperativa de habitação a fim de fortalecer os movimentos sociais e decorrente desta formação profissional no âmbito das universidades em 1982 foi organizado o Laboratório de Habitação LABHAB, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro

Universitário Belas Artes de São Paulo, que se constitui como assessoria técnica e contribuíram na conquista da moradia digna nas comunidades do Recanto da Alegria e a Vila do Arco-Iris. (SANCHES, 2015)

Os auxílios técnicos consistem em projetar diante das áreas mobilizadas construções viáveis e seguras a partir das necessidades das famílias pertencentes as comunidades e aos grupos de luta por moradia e juntamente com elas apresentar ao estado a possibilidade real de efetivar essas obras. Desafiar as condições são além do exercício do construir; o desafio reorganiza e restaura ambientes urbanos d'antes descaracterizados pelo abandono de políticas públicas eficientes que promovem o bem-estar populacional tal como seu crescimento desenfreado característica de países como o Brasil, também monitora e mantém em vista competições imobiliárias dos setores de corretagem e especulações do mercado financeiro.

## *Considerações Finais*

Os movimentos sociais de moradia exercem papel importante na vida das famílias, desde a conquista da moradia digna, aos ensinamentos de cidadania com direitos e deveres.

As ocupações têm legitimidade em razão dos inúmeros imóveis vazios que não exercem a função social da propriedade. Os objetivos de tornar a cidade justa e igualitária são garantidos pela Constituição Federal de 1988 pelo artigo 182 e pelo Estatuto das cidades de 2001. O reestabelecimento técnico científico da arquitetura (como agem as assessorias técnicas) de um novo cotidiano das pessoas e do grupo em movimento de ocupação e através da luta e resistência diária, conquistam e reformulam a agenda urbana política da cidade, obtendo conquistas que estão diretamente ligadas a tais ações.

As assessorias técnicas, tem um papel mediador, entre o processo social novo em que se protagonizam os movimentos sociais, possibilitando que o processo parta da referência humana, e chegue ao fim social de referência espacial de ocupação de um lugar para se viver. Justamente por ser esse mediador, através do qual os partícipes sujeitos

do movimento, criam uma linguagem de reconhecimento de problemas econômicos, de adequação de espaço, conforto, estética e segurança, de entendimento e encaminhamentos de soluções para esses problemas e principalmente de identidade pessoal e coletiva.

Ambos referenciais estão no campo de profunda reflexão política, posto que, tanto os princípios e finalidades pertencentes aos movimentos sociais de moradia, como a mediação das assessorias técnicas, se dá a partir da autogestão também dos relacionamentos interpessoais no movimento de ocupação, como na autogestão dos relacionamentos externos do movimento com os vizinhos, com a cidade, com as autoridades, com os adversários e com os parceiros.

A dinâmica interna descrita sobre o dia-a-dia da Ocupação 9 de julho, comprova que a luta por moradia digna exige que qualquer um dos integrante das famílias, desde as crianças, a entenderem mais sobre a realidade econômica e social da cidade, possibilitando assim uma perspectiva e conscientização melhor em como atuar cotidianamente em busca de ações melhores e efetivas para a sua melhoria, ou seja, a luta por moradia não os possibilita planejar objetivos

personais separados dos objetivos sociais, o exercício de ir à escola, ao trabalho, à igreja, à atividades de lazer ou familiares nunca se dissipam da existência em viver dentro de ocupações e por isso os abstém de não os cegar diante dos problemas. A violência, desigualdade, educação, políticas públicas, economia e ações do governo; sejam em quaisquer dos âmbitos, para eles possuem reflexos diretos, estes reflexos são inigualáveis, se compararmos os impactos causados para outras famílias, essas que de alguma forma obtêm de moradia digna, educação, lazer e esporte por vias formais e, portanto, conseguem uma distância e interdependência maior entre objetivos pessoais e objetivos sociais.

Responsabilizar o poder público o que é de responsabilidade do poder público, exigindo ações e soluções em parceria com os movimentos e assessorias técnicas, nada mais é que praticar o exercício democrático e é isso que promove uma reformulação do cenário urbano. Considera-se assim, os movimentos sociais de moradia como agentes transformadores na sociedade, na construção de cidadania, formando cidadãos de bem que tem direitos e deveres a

serem cumpridos e os reinserindo na sociedade civil que os deixam a margem.

## **Bibliografia**

AMORE, Caio Santo; SAMPAIO, Celso; HIGUCHI, Flávio; PEREIRA, Rafael Borges. Hotel Cambridge: por que não é possível construir HIS no centro de São Paulo?. ObservaSP (blog), São Paulo, 24/06/2015. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/06/24/> . Acesso em: 26/04/2018.

ANTONINI, Ana Clara Volpi; **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**; São Paulo, 2017.

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. **Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade**: a militância política desafia o conhecimento técnico. 2005. 266 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARBOSA, Benedito Roberto. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo**: trajetória, lutas e influencias nas políticas habitacionais.

2014. 140f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. São PAULO**: Estação Liberdade 1998.

BONDUKI, Nabil. **Era o Hotel Cambridge** arquitetura, cinema e educação. 1. ed. São Paulo: Sesc, 2017. 294p.

CAMPOS, C. M; GAMA, L. H; VLADIMIR, S. **São Paulo Metrôpole em trânsito percursos urbanos e culturais**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004. 263p.

CAFFÉ, C. **Era o Hotel Cambridge** arquitetura, cinema e educação. 1. ed. São Paulo: Sesc, 2017. 294p. 85 Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988.

COLEJO, Fernanda. **Ocupar e resistir**: Luta por moradia, as conquistas dos movimentos sociais a partir da ocupação Cambridge. São Paulo: Escola da Cidade, 2016. p 171. Estatuto da Cidade- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001

FRÚGOLI, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Regina Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262 p., il., color., 28 cm. ISBN 978-85-273-0980-6.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991

HELENE, Diana. **Todo espaço mal utilizado será ocupado**. Campinas: UNICAMP, 2005. 121 páginas ( Monografia de Graduação)

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. São Paulo: Cia das Letras, 2013

ÍÇARO, Vilaça. **Os primeiros mutirões autogeridos e a constituição das assessorias técnicas**. São Paulo, 13/10/2016. Disponível em: <http://www.ctescoladacidade.org/contracondutas/editorias/t>

rabalho-arquitetura/os-primeiros-mutiroes-autogeridos-e-aconstituicao-das-assessorias-tecnicas/ Acesso em: 27/05/2018

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAQUES, Paola Berenstein. **Breve histórico da Internacional Situacionista**. Vitruvius: 2003 86

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar**: estudo com crianças residentes em cortiços. São Paulo: USP, 2009.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **As contribuições dos movimentos de moradia do centro para políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. 2013. 239 f. Relatório Científico Final apresentado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades – Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Danilo. **Cidade evasiva**. In: SESC. Exposição São Paulo não é uma cidade. São Paulo. 2017) Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo- Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013. 203f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia**. Editora: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **De volta ao centro, de onde nunca saímos**. São Paulo, 15/08/2017. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/online/artigo>. Acesso em: 30/08/2017

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001.

SANCHES, Débora. **Processos participativos como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo – 1990 a 2012**. 2015. 341 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós- 87 Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SCHICCHI, M. C; BENFATTI, D. **Urbanismo: Dossiê São Paulo** - Rio de Janeiro. 1. ed. Campinas: Oculum Ensaios, 2004. 323p.

STEVENS, Jeroen. **São Paulo ocupada**. Leuven: Ku leuven, 2015. p. 207

SILVA, Carmen. **Ocupar e Resistir**. In: Studio X. Folheto informativo Ocupar e Resistir. São Paulo. 2017